



# Cultura e Participação

Políticas Culturais no Brasil

2021

# Ciclo Cultura e Participação

Políticas Culturais no Brasil  
2021

**Organização e conteúdo**

Gustavo Carneiro Vidigal Cavalcanti  
e Mauricio Trindade da Silva

**Coordenador e mediador do ciclo**

Gustavo Carneiro Vidigal Cavalcanti

**Apoio na organização do ciclo e na publicação**

Letícia Nery de Figueredo

São Paulo, 2021

**Centro de Pesquisa e Formação Sesc São Paulo**

Realização



# SUMÁRIO

## **Cultura, Participação e Vida em Sociedade 04**

Danilo Santos de Miranda

## **Cultura e Participação 06**

Gustavo Vidigal

## **Políticas públicas para o audiovisual: construção e desmonte 08**

Alice Riff

## **Conselhos: participação, democracia e cultura 11**

Antonio Albino Canelas Rubim

## **Cultura e Participação no projeto ali: relato de uma experiência 14**

Bruno Dunley

## **Por uma Sociologia das Ausências: reflexões sobre a institucionalidade e a governança das políticas culturais no Brasil. 17**

Cláudia Leitão

## **Porque se faz políticas públicas sem ouvir quem as vive? 20**

### **Mídia NINJA / Fora do Eixo**

Dríade Aguiar

## **Diversidade institucional e descentralização em pauta 23**

Isaura Botelho

## **Desafios da participação e do ativismo progressista. Sobre trincheiras e esperança. 25**

Luciana Tatagiba

## **Por uma cultura democrática 29**

Sérgio Mamberti

## **Participação social e os direitos culturais do século XXI 32**

### **O comum e a coprodução cidadã**

Rodrigo Savazoni

## **Tempos difíceis para a cultura e a participação 35**

Wagner Romão

No momento em que este texto é escrito, próximo ao fim de 2020, ocorre no Brasil novo aumento significativo do número de infectados pelo vírus da Covid-19, após um plano detalhado de abertura dos espaços públicos e privados. Como a doença não está controlada, e são esperadas vacinas para mitigar a transmissão, o perigo continua alto e cada cidadão precisa estar consciente dos protocolos sanitários adotados. Na Europa e em outras partes do mundo, após aglomerações e descuidados, observa-se a chegada desta “segunda onda”; no Brasil, a pandemia já se alastra por 9 meses sinalizando que a nossa “segunda onda” ainda é, por certo, um lastro da primeira.

Pensando no cenário vindouro em 2021, o que se mostra mais provável é que a área da cultura continuará sofrendo os efeitos da paralisação de uma parte de suas ações, ainda que continue produzindo e lutando para sobreviver a esse período – conforme mostra a pesquisa “Percepção dos impactos da Covid-19 nos setores cultural e criativo do Brasil”.<sup>1</sup>

O necessário socorro econômico direcionado a espaços culturais, a artistas e demais profissionais da área avançou com o projeto de lei Aldir Blanc; porém, a discussão atual recoloca a questão acerca de apoios pontuais que não resolvem o problema a médio e longo prazo e sinalizam para a necessária adoção de medidas efetivas de fortalecimento da agenda cultural. Precisamos de políticas públicas para o setor que fortaleçam e alterem a realidade institucional.

Para pensar a importância da cultura em nossa sociedade, é preciso olhar para a realidade das cidades, nas instâncias estadual e municipal, que são o lugar onde os sujeitos habitam e onde se gesta e realiza sua ação. Muitos coletivos, espaços culturais e lideranças locais mobilizaram-se em busca de apoio neste momento inédito e criaram novos meios de realização de suas

ações, primordialmente pela Internet. O movimento que se seguiu, em que artistas e profissionais puderam dar vazão a certas realizações (as que foram suspensas devido ao isolamento, mas também novas ações), deveu-se sobretudo à participação social cidadã, em claro demonstrativo de que cultura faz falta, de que cultura é central para a vida humana.

Falo do quadro institucional frágil na área da cultura, mas o Plano Nacional de Cultural ainda está em pé. Proposto faz 10 anos pelo governo federal e hoje enfraquecido, o Plano apresenta metas vinculadas a três dimensões complementares da ideia de cultura: como expressão simbólica, como direito de cidadania e como potencial para o desenvolvimento econômico. Essas dimensões são centrais para a vida em sociedade. Embora ainda sejam realizadas conferências municipais e estaduais de cultura (no registro da ampla participação dos profissionais da área, no registro da democracia e da liberdade de expressão), é preciso refortalecer as relações entre as estruturas artísticas, os criadores culturais e os públicos – eis um papel do gestor cultural para o fomento da participação e da manutenção das atividades artísticas e culturais nas cidades.

E o Sesc tem se dedicado a esse (re)fortalecimento. Seu Centro de Pesquisa e Formação (CPF Sesc), criado em 2012, cumpre o propósito de oferecer ações na área da gestão cultural e da difusão de conhecimentos por meio de cursos livres, seminários, ciclos, palestras, oficinas e diversas publicações temáticas, a exemplo da Revista do Centro de Pesquisa e Formação<sup>2</sup>, de maneira a promover a qualificação profissional, o diálogo e a participação social, tendo como valor a diversidade, a cidadania e a afirmação da democracia.

1 Pesquisa “Percepção dos impactos da Covid-19 nos setores cultural e criativo do Brasil”, realizada com o apoio do Sesc, por meio do Departamento Nacional. <http://icscovid19.com.br/>

2 Já em sua décima primeira edição. Acesso em: [https://www.sescsp.org.br/online/revistas/8\\_REVISTA+DO+CENTRO+DE+PESQUISA+E+FORMACAO](https://www.sescsp.org.br/online/revistas/8_REVISTA+DO+CENTRO+DE+PESQUISA+E+FORMACAO)

A cultura e a educação – e, no caso do Sesc, a educação permanente – são meios primordiais de mudança social. Só há desenvolvimento, em sentido estrito, quando o social é transmutado, quando as condições de existência são melhoradas e as desigualdades, diminuídas. E a participação gera comunidade, tanto no sentido da partilha de objetivos comuns, quanto no sentido da materialização de diversas formas de organização que podem, inclusive, ser uma alternativa às relações existentes, marcadas por desigualdades e conflitos de interesse. Nesse sentido, políticas públicas duradouras de cultura devem ser meta constante, buscadas por meio da participação social e de práticas inovadoras que tragam os indivíduos como protagonistas de seu próprio desenvolvimento – político, econômico e cultural.

Ao realizarmos esta publicação do **Ciclo Cultura e Participação: políticas culturais no Brasil**, o Sesc cumpre com o objetivo de aliar-se aos princípios democráticos e à experiência cidadã de melhoria das condições sociais de vida.

Desejo uma excelente leitura!

Danilo Santos de Miranda  
**Diretor do Sesc São Paulo**

O Ciclo Cultura e Participação, organizado pelo Centro de Pesquisa e Formação do Sesc São Paulo e pelo pesquisador Gustavo Carneiro Vidigal Cavalcanti, foi realizado para celebrar os 10 anos da instalação do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), criado pelo antigo Ministério da Cultura (MinC) durante a gestão do Ministro Gilberto Gil, em 2007. Acabou sendo muito mais do que isto, pois refletiu sobre o lugar da ação política não só no terreno cultural, mas também na sociedade como um todo.

Esta publicação é um retrato do debate realizado nestes dias e, de certa forma, condensa, em artigos escritos pelos próprios palestrantes, os caminhos do debate público que foi realizado entre 21 a 23 de outubro de 2019.

O desejo de organizar o ciclo surgiu da necessidade de recuperarmos o debate sobre a relação entre democracia e cultura, entre participação social e política cultural, e, mais especificamente, sobre as formas de se atuar politicamente na sociedade brasileira na atualidade. Por isso, tornou-se importante recuperar o trabalho produzido pelo CNPC ao longo de sua existência, desde a sua criação até os dias atuais.

O Ciclo Cultura e Participação foi inspirado, portanto, na vontade de discutirmos a relação entre Cultura e Política a partir do debate produzido pelas instâncias de participação social no campo das políticas públicas culturais.

Tratamos a cultura como objetivo de política pública, elaborada, executada e avaliada tanto por gestoras e gestores públicos quanto por representantes da sociedade civil, democraticamente eleitos por seus pares e diretamente envolvidos com o cotidiano da produção cultural brasileira. Em cada uma das esferas do estado brasileiro, seja municípios, estados ou governo federal, existem instâncias institucionais de participação social ocupadas por entidades da sociedade civil cujo papel é fiscalizar, monitorar e compartilhar poder na tomada de decisão nas mais diversas áreas de sua atuação, e na cultura em particular. Estas eram as premissas do grupo de trabalho que, após meses de operação, instalou, em 2007, o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), que havia sido

criado pelo decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005, pela Presidência da República<sup>3</sup>.

Na época de sua constituição, o Conselho estava situado na Secretaria Executiva do MinC, parte mais importante da estrutura de um Ministério, e ocupava o lugar de instância máxima de espaço institucional de interlocução entre a comunidade cultural e o Governo Federal.

Órgão colegiado mais importante do país, o CNPC debateu temas de grande relevância para a política cultural do Brasil, como a reformulação da Lei Rouanet, da Lei dos Direitos Autorais e o Plano Nacional de Cultura (PNC). Na data de sua instalação, o plenário era composto por 51 membros e por cinco colegiados setoriais: Dança, Circo, Artes Visuais, Música e Teatro. Serviu de referência para que estados e municípios criassem seus respectivos conselhos e debatessem pautas de grande relevância para as suas respectivas comunidades culturais. Possibilitou com isso que a burocracia estatal se abrisse para as contribuições da sociedade civil, da mesma maneira que desafiou o segmento artístico a refletir sobre a importância das políticas públicas no campo das artes e da cultura.

Essa parceria entre Estado e sociedade pode ser vista nos Planos Setoriais do Circo, Dança, Teatro, Música, Artes Visuais, Cultura Popular e Cultura Indígena, elaborados pelos respectivos colegiados setoriais com a participação da Funarte e da Secretaria de Diversidade do MinC, em 2010. Mais do que isto, incitou o debate sobre o papel da representação política no campo cultural e de como as linguagens artísticas, e por que não dizer os próprios artistas, deveriam ocupar espaços de participação social, considerando-se que pela primeira vez na história do Brasil a sociedade civil ocupava um espaço institucionalizado de interação permanente junto ao Ministério da Cultura.

Após 2016, este debate ruiu e deu espaço ao não lugar. Desprestigiado ano após ano, o próprio Ministério da Cultura acabou sendo rebaixado de categoria no começo da administração do governo Bolsonaro,

3 [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5520.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5520.htm)

deslocando completamente o eixo do debate público sobre os rumos das políticas públicas culturais. Atualmente o CNPC faz parte da Secretaria Especial de Cultura, órgão integrante da estrutura do Ministério do Turismo<sup>4</sup>. Muito pior, hoje nos deparamos com a volta dos mecanismos de controle estatal sobre o conteúdo da produção artística nacional e a ausência completa de diálogo institucional entre a administração federal e o meio cultural brasileiro.

No ciclo Cultura e Participação debatemos o legado do CNPC para a cultura do Brasil, abordando criticamente seu real impacto no meio cultural brasileiro. Também refletimos sobre as possibilidades de transformação da realidade brasileira a partir da atuação da sociedade civil, que articula em seu ativismo elementos culturais e políticos. A mistura entre Cultura e Política é poderosa e um dos antídotos para os males autoritários. Em outubro de 2019 nos deparamos com muitas perguntas e com algumas respostas.

Gustavo Vidigal, setembro de 2020

---

4 <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.359-de-20-de-maio-de-2020-257819195>

Nos últimos 15 anos, presenciamos um crescimento vigoroso do cinema brasileiro. Assistimos o início da implantação de uma política pública para a cultura que priorizou a diversidade da produção, o investimento em novos talentos cujas produções tinham compromisso com a sociedade, contando a história de tantos brasis pelo ponto de vista de realizadores que surgiam nas cinco regiões do país, vindos de cidades pequenas, periferias de grandes cidades. Nunca se viu na história do país tantas produções realizadas por negros e negras, realizadores indígenas, mulheres, jovens filhos da classe trabalhadora do país. O resultado disso foi a proliferação de novas linguagens e de um cinema com vigor criativo e consistente, produzido por uma nova geração de cineastas que conquistou os principais festivais e importantes telas do Brasil e do mundo.

Em paralelo às produções, as políticas em educação e formação inseriram uma nova geração de cineastas que nunca pensaram viver como artistas; cineastas que abriram suas produtoras e passaram a gerar empregos no seu entorno. Um bom exemplo é o curso de cinema da UFRB (Universidade Federal do Recôncavo Baiano). Logo no seu primeiro ano de existência o corpo docente criou o festival Cachoeira Doc, que se tornou rapidamente um dos festivais mais pertinentes e importantes do país devido a uma curadoria cuidadosa e ao nível de crítica e envolvimento dos convidados. Saiu da UFRB a primeira diretora negra a estar presente com um filme de ficção longa metragem no Festival de Brasília, que, com 50 anos de existência, nunca tinha recebido um filme com uma diretora mulher negra. Glenda Nicácio, com o aclamado *Café com Canela* (co-dirigido com Ary Rosa), produzido em Cachoeira, cidade onde a universidade se localiza, no Recôncavo Baiano, emocionaram a plateia com mais de 500 espectadores do cinema de Brasília em sua estreia, com um filme popular, divertido e sensível, que respeita a história e os afetos de um povo.

Eram políticas em construção, que uniam a formação – com novos cursos de audiovisual e universidades

federais, a criação do Fundo Setorial do Audiovisual e a Condecine, e uma crescente política de cotas que surgia pela demanda da própria sociedade civil e de associações organizadas. Mesmo assim, os dados divulgados pela Ancine em 2016 mostraram que, ainda com resultados pontuais, o cinema brasileiro continuava masculino e branco. Na pesquisa, os homens brancos são maioria entre os diretores (75,4%), produtores (59,9%) e também nos elencos. Enquanto as mulheres negras ficam de fora de diversas categorias. Elas não aparecem nem como diretoras, nem como roteiristas. Só figuram na lista de produção-executiva, ao lado de mulheres brancas ou equipes mistas, equivalendo aos percentuais de 1% e 3%, respectivamente.

O audiovisual ocupa um lugar da inovação e expressão da criatividade e integra o cenário do desenvolvimento econômico, socialmente justo e sustentável. É uma indústria que gera empregos, renda e negócios ao mesmo tempo que tem uma importância simbólica importante.

Os resultados, embora ainda não alterassem o quadro significativamente, são visíveis e expressivos. Nos últimos anos, o cinema brasileiro vem marcando presença em todos os grandes festivais de cinema do mundo. Foram 166 títulos selecionados para mostras competitivas e paralelas nos festivais Cannes, Berlim, Locarno, Roterdã, Veneza. No ano de 2019, ganhamos dois dos principais prêmios do festival de Cannes em 2019 com o prêmio do júri na Mostra Competitiva para Bacurau (Kleber Mendonça e Juliano Dornelles) e o prêmio de Melhor Filme na seção Un Certain Regard para *A vida invisível* (Karim Ainouz). Desde o cinema novo não se via a produção brasileira ganhando destaque internacional como agora.

Desde 2016 que todas essas políticas vêm sendo descontinuadas e desmontadas. Uma das primeiras medidas do governo Temer após o golpe foi mudar o sistema de pontuação para seleção em editais de produção. Segundo as novas regras, o currículo das distribuidoras e produtoras teriam 90% da nota. E a pontuação passa a ser baseada em resultado de bilheteria nos cinemas. O público brasileiro estava começando a tomar conhecimento do cinema brasileiro. Toda uma produção que vinha pensando o Brasil, emocionando plateias, fortalecendo nossa história e elaborando linguagem e nossa maneira de contar histórias, deixa de ser competitiva e perde espaço para um único tipo de filme que se encaixa nesse novo padrão de pontuação: filmes de comédia ou comédia

5 Alice Riff, diretora, roteirista e produtora. É formada em Cinema e Ciências Sociais (FAAP, USP). Dirigiu *Eleições* (2018, 100'); *Meu corpo é político* (2017, 70') e *Platamama* (2018, 82'). É produtora executiva de *Histórias que nosso cinema (não) contava* (Fernanda Pessoa, 2018, 82').

romântica que tem como protagonistas, celebridades. Filmes que seguem a fórmula do cinema norte-americano de entretenimento e que não tem relevância nenhuma do ponto de vista artístico. Filmes que não precisam do investimento público para existir, pois não são produtos artísticos e sim produtos de entretenimento que alimentam uma indústria cultural pouco reflexiva, que inclusive já se sustentam e se pagam.

Isso não quer dizer que os filmes independentes e de autor não tenham preocupação com a distribuição e a renda nas salas de cinema. Porém, é preciso entender onde está o grande público: só há salas de cinema em 7,5% das cidades brasileiras e o preço do ingresso é inacessível para a maior parte dos brasileiros. As grandes distribuidoras e os filmes comerciais têm orçamento de distribuição com valores na casa dos milhões de reais, o que faz com que poucos filmes brasileiros consigam competir com seus lançamentos. Em 2019, tivemos o filme norte-americano Vingadores entrando simultaneamente em 90% das salas do país. Juntamente com as políticas de produção e desenvolvimento, desenhavam-se novas políticas e caminhos para distribuição que buscavam chegar ao público de forma alternativa e criativa, ganhando números expressivos em redes de exibição alternativas por meio de mostras, eventos e redes de distribuição online.

Dados coletados pelo site Filme B mostram que já podíamos ver resultados expressivos: em 2018, os filmes brasileiros tiveram um aumento de 29,7% de público nos cinemas e a renda aumentou 13,3%. Em 2001 tivemos 30 lançamentos nacionais nos cinemas e em 2018 lançamos 167 filmes. Entre 2001 e 2018, o público que foi assistir aos filmes nacionais cresceu de 6,9 milhões para 24 milhões de espectadores. O crescimento da renda de filmes brasileiros também se fez notar expressivamente: de R\$ 35,5 milhões em 2001 para R\$ 287 milhões em 2018, tendo atingido um pico de renda em 2016 de R\$ 361,4 milhões.

Em comparação aos filmes estrangeiros, em 2018 o cinema nacional representou 11% da renda total. Estamos falando de uma construção ainda muito embrionária, fazendo com que o cinema brasileiro ainda se mantivesse frágil junto à sociedade, que não conhece o cinema brasileiro por ele não chegar até ela. Essa construção, que vinha sendo elaborada, foi brutalmente descontinuada com a paralisação das políticas públicas e investimentos.

Somada à criação do Fundo Setorial do Audiovisual em 2006, a lei de regulação da TV Paga, aprovada em

2011, que determinava cotas para os produtos brasileiros, foi essencial para a comercialização e distribuição destas obras. Conforme a Ancine, com apenas quatro meses de vigência da lei, em 2012, a obrigação de exibição de conteúdo nacional elevou em 100,6% em relação ao ano de 2011. A TV aberta, que não tem uma lei de cotas, tem menos títulos nacionais lançados do que a TV paga. Hoje são 28 canais brasileiros de espaço qualificado nas grades lineares das TVs pagas que carregam outros 251 canais estrangeiros. Ou seja, é uma política de estímulo, e não de “reserva de mercado”.

Não vemos o mesmo acontecer nas recentes negociações com as plataformas de streaming. Esses resultados não podem correr risco de sumir, caso se avance na migração da TV paga para internet, sem que se aplique a mesma lei.

O Conselho Superior de Cinema, criado em 2001, é um importante órgão de participação social que esteve presente nas políticas para o desenvolvimento do Mercado audiovisual. Composto por representantes da indústria nacional, representantes da sociedade civil e técnicos e dirigentes governamentais de vários ministérios, foi fundamental para pensar nas políticas públicas do cinema nacional para desenvolvimento da indústria; mas, recentemente, o governo Bolsonaro mudou a sede do CSC do Ministério da Cidadania para a Casa Civil, diminuiu o número de membros e não se sabe qual será seu futuro.

Atualmente, o cinema brasileiro lida com um grande desafio, o de permanecer vivo diante de uma realidade de políticas destrutivas, de perseguição a produtores e obras, com a extinção de políticas públicas de desenvolvimento, produção e exibição. Os festivais de cinema estão com imensas dificuldades de realizar suas edições nos últimos anos. Esse desmonte passa pela política econômica, mas também por valores morais que consideram que muitos dos filmes atacam os valores da família brasileira. Estamos em um país em que a violência contra a mulher e contra populações LGBT é assustadora, em que a desigualdade racial ainda é brutal. E são justamente estas temáticas que vem sendo censuradas de formas diretas e indiretas pelos órgãos do governo.

Trata-se de um momento histórico grave, em que todas as políticas públicas que caminhavam para efetivas mudanças contra as desigualdades históricas desse país estão deixando de existir. O cinema caminha junto com as outras expressões artísticas,

assim como as políticas de saúde, educação, ciência e tecnologia, preservação ambiental. Os desafios para lutar contra este aparelhamento que se monta, que favorece as elites nacionais e internacionais, é imenso. Cabe a nós pensar em estratégias de nos manter vivos e resistir a esses desmontes, nos articulando de forma criativa para salvar não só o cinema, mas todo o futuro de uma geração.

Há quase 10 anos foi realizado em Salvador um seminário nacional sobre conselhos de cultura. Naquela época, o Ministério da Cultura apostava firme na reflexão e na prática dos conselhos de cultura, a começar pelo Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPQ). O Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) foi o parceiro escolhido e responsável pelo seminário. Ele mobilizou centenas de agentes e conselheiros culturais de 24 estados e do Distrito Federal e aproximadamente 20 estudiosos de conselhos. Resultou do seminário, além de ricas reflexões e belas trocas de experiências, um livro intitulado Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura, publicado em 2011, como oitavo número da Coleção CULT, amplamente distribuído de modo gratuito em todo país.

Naqueles anos, o Brasil vivia um virtuoso ciclo de cultura e de políticas culturais. Predominavam a criação e não a destruição, a inovação e não o retrocesso, a vida e não a morte. A distância entre o estimulante Brasil recente e o Brasil atual parece de mil anos. A distância, certamente mais político-cultural que meramente temporal, exige compromissos e responsabilidades. Walter Benjamin, em brilhante texto intitulado “Sobre o conceito de história”, escreveu que: “O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer”. Possível propor que o dom não se restrinja à figura do historiador, mas que se alargue para todos os que fazem a história. No trecho de Benjamin dois desafios se entrelaçam: salvar os mortos e o passado da sanha dos vencedores, mesmo momentâneos como esperamos, e buscar centelhas de esperança no passado.

A destruição, sempre intentada, da visibilidade dos conselhos como momentos vitais de democracia substantiva na história humana marca a história dos dominantes. Esquecer os conselhos, ditos soviéticos, das revoluções russas de 1905 e 1917; deslembrar

os conselhos das revoluções derrotadas na Alemanha, na Áustria e na Itália; se olvidar os textos de Max Adler, Rosa Luxemburgo e de Antonio Gramsci, escritos sobre os conselhos de trabalhadores e tantas outras invisibilidades forjadas pode silenciar e nos enganar sobre a complexa, longa e rica trajetória dos conselhos na sua incessante tentativa de transformar a democracia de direitos e ritos apenas formais em outra mais profunda, de direitos e ritos mais efetivos, que tragam benefícios que contemplem a todos. Este itinerário carregado de vida e de luta não pode ser enterrado. Ele reafirma, a cada lembrança, instantes vitais da incessante busca humana, demasiadamente humana, de um mundo muito melhor, com mais igualdade, solidariedade, liberdade, diversidade e fraternidade para todos. Os conselhos estão no cerne da tão necessária e urgente transformação societária.

Em tempos de intenso mal-estar da democracia em sua formatação representativa, corroída na sociedade capitalista pela concentração profundamente desigual do poder econômico, do poder midiático, do poder jurídico e do poder político, tornam-se imprescindíveis todas as lutas, grandes e pequenas, pela socialização do poder na sociedade, por meio de um combate cotidiano a todo e qualquer tipo de concentração excessiva de poder. Só assim será possível salvar e reconfigurar a democracia representativa, libertando-a, no possível, dos entraves que impedem o desenvolvimento efetivo de seu caráter realmente representativo.

Mas a salvação da democracia, em uma contemporaneidade societária cada vez mais complexa, passa pela sua reanimação vinda de fora, de uma democracia mais larga, que envolva mais amplamente a população em instâncias coletivas de debate e de deliberação. Ou seja, de uma participação cidadã, mais comum e mais cotidiana, que ultrapasse o limite do periódico chamamento à participação do cidadão como eleitor ou candidato. Esta democracia mais ampla, participativa, tem a cara dos conselhos, ainda que possa assumir outros formatos político-sociais, a exemplo de conferências, plebiscitos etc.

Exigência vital para esta nova democracia participativa: tempo para experimentar e para maturar. A democracia representativa requereu séculos para sua conformação atual. Desde as revoluções inglesa e, principalmente, norte-americana e francesa, muito tempo foi necessário para superar as limitações de um liberalismo, que pouco tinha de democrático. Por certo, a formulação dos direitos individuais,

<sup>6</sup> Pesquisador do CNPq e do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT). Professor do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (Pós-Cultura) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Ex-presidente do Conselho Estadual de Cultura da Bahia. Ex-secretário de Cultura do Estado da Bahia.

na revolução francesa, e a separação dos poderes, imaginada por Montesquieu, fazem parte do legado que vai configurar a democracia, mas ela encontra visíveis limitações na sociedade burguesa emergente. O sufrágio censitário se restringe aos proprietários e depois aos que possuem grandes rendas. Assim, a ampla maioria da população masculina, feminina e trabalhadora é excluída do direito de voto e de ser votado. Além disto, inexistem as livres organizações político-partidária e associativa-sindical. As conquistas destes direitos vitais da democracia representativa contemporânea, sufrágio universal e liberdade de organização política e social, vão demandar intensas e violentas lutas sociais durante os séculos XVIII, XIX e XX, que envolveram milhões de homens, mulheres, trabalhadores etc. Nunca se deve esquecer que a democracia foi uma conquista de todos aqueles que lutaram e não uma dádiva dos dominantes.

Rememorar e não esquecer o passado torna-se essencial para entender que a construção da democracia, seja ela representativa ou participativa, demanda tempo para experimentar e maturar seus procedimentos e ritos. Nesta perspectiva, cabe se interrogar: como exigir da democracia participativa resultados efetivos imediatos, esquecendo que ela está apenas em sua infância? Para crescer e se sedimentar ela necessita de tempo. Ela requer experimentação, maturação, ser perpassada por erros e por acertos. Somente a vida, a luta e a participação coletiva de muitos pode aprimorar e dar contornos à democracia participativa.

Do enlace entre democracia participativa e representativa se tece uma nova e mais profunda democracia no mundo contemporâneo. Este entrelaçamento emerge como fundamental na atualidade, seja para revigorar a democracia representativa, seja para reanimar os inovadores experimentos de democracia participativa, seja para articulá-las de maneira rigorosa e com isto aprofundar a democracia na contemporaneidade, possibilitando seu salto de um precioso procedimento formal para uma democracia substantiva, que garanta não só de maneira formal, mas de modo efetivo os direitos individuais, coletivos, políticos, sociais, ambientais e culturais da maioria da população.

Às apressadas avaliações de ineficiência da participação; da não consolidação de posturas políticas coerentes com a ampliação da participação e defesa dos direitos; da incapacidade de evitar retrocessos históricos, como os que vivenciamos,

deve-se responder com o argumento justo da imprescindível temporalidade larga exigida para sedimentação dos processos de participação em conselhos e conferências, por exemplo.

Tais críticas, muitas vezes injustas por falta de compreensão e perspectiva história, entretanto, podem, se bem tratadas, ajudar na renovação de algumas práticas participativas. Lembro, por exemplo, como foi marcante a produção de cadernos com as “devolutivas” para todas as 27 conferências territoriais de cultura de 2013 na Bahia. Nestes pequenos cadernos estavam listadas, de modo exaustivo, todas as demandas aprovadas e apresentadas nas três conferências territoriais anteriores (2007, 2009 e 2011); todas as reivindicações que haviam sido atendidas durante este período e todas aquelas demandas que não foram enfrentadas. Além de qualificar o debate com informação precisa para os membros da conferência – que normalmente têm participantes novos sem memória dos eventos anteriores –, a conferência assumiu uma atitude respeitosa com os participantes e jogou por terra uma crítica que várias vezes circula, de que as conferências não servem para nada. Defender conselhos, conferências e outros canais de democracia participativa demanda inovações como essas para qualificar a participação.

As críticas não podem fazer esquecer algo fundamental que aconteceu nos anos recentes, entre 2003 e 2016. Este amplo mundo de conferências, conselhos e outras modalidades de participação, se não foi capaz de consolidar uma democracia participativa pelo escasso tempo histórico das experiências, produziu uma vivência de reconhecimento da cidadania em muitas populações, que não pode ser menosprezada. Pessoas, anteriormente excluídas de uma vida política mais substantiva, que puderam viver um outro mundo de debates e deliberações, antes interdito a elas, ganharam cidadania. Mesmo breves tais experiências deixaram marcas, produziram mutações e abriram horizontes novos, em profundidade determinada pelo grau de inserção que elas vivenciaram sua época e história. No campo da cultura esta atitude é visível, sem grande esforço de observação. O ambiente político-cultural acolheu como nunca agentes e comunidades culturais, que hoje são militantes do campo cultural. O poder político, antes distante, estranho e hostil, passou a fazer parte da vida das pessoas, ainda que por um tempo insuficiente para uma mutação de patamar democrático mais vigoroso.

Em um momento histórico tão delicado, rememorar

Walter Benjamin nada tem de casual. Ele lembra dois compromissos vitais ao lidar com a vida. Cuidar da memória e da história. Não deixar que os inimigos da democracia coloquem em risco os mortos e o passado, silenciando o criativo momento que se viveu de participação, de democracia participativa, de direitos conquistados, de inovadoras políticas, programas e projetos culturais. Manter viva esta memória dos instantes de grande imaginação e inteligência é dever de todos nós, amantes da democracia. Relembrar, sem nostalgia que possa se aprisionar no passado, para re-visitar e buscar nas experiências históricas, mantidas vivas, as centelhas de esperança que animam a luta por um mundo e um Brasil melhores, mais humanos e radicalmente democráticos.

Bruno Dunley<sup>7</sup>

A cidade pensada como fenômeno cultural centraliza uma rede complexa de criações humanas que apresentam possibilidades de encontros, aproximações, convívios e trocas entre diferentes modos de viver e fazer arte decorrentes da diversidade cultural e social.

Foi pensando a cidade de São Paulo como esse campo de intensificação da cidadania que surgiu o projeto ali: arte livre itinerante. Idealizado por nove artistas plásticos e um cientista social<sup>8</sup>, o ali é por definição um projeto/escola/movimentação cultural que possui as artes visuais como setor central de ação.

Se configura como um projeto, pois ao propor uma atuação continuada de longa duração<sup>9</sup> em diferentes regiões da cidade de São Paulo, procura estabelecer um planejamento com metas, etapas e procedimentos para garantir a longevidade e concretude da idealização. Se realiza como uma escola, pois ao compreender que parte dessa atuação se dá no campo da formação e difusão de códigos e linguagens, se afirma como um lugar de trocas culturais, aperfeiçoamento de saberes e construção coletiva de conhecimento através de encontros, cursos, exposições, obras realizadas nas ruas dos bairros e formação de uma rede de colaboradores para garantir a expansão dessas ações numa forma pedagogicamente coordenada. Por fim, se articula como uma movimentação cultural, pois através de ações contínuas de mapeamento e mobilização constrói redes culturais junto a artistas, coletivos, espaços culturais, escolas, lideranças locais e demais movimentos da sociedade civil organizados com o objetivo de estabelecer canais comunicantes e operantes através do deslocamento desses agentes pela cidade de São Paulo.

Ao apostar em um “ambiente democrático de livre circulação de ideias, no exercício do pensamento crítico,

na investigação de modos de fazer e experimentar arte/comportamento/cidadania, e na invenção de novas formas de organização”<sup>10</sup>, o ali se depara com desafios a serem enfrentados para que o projeto tenha êxito na construção da participação social de todos os agentes envolvidos nessa ação cultural. Dentre eles destacam-se: a dinâmica de urbanização e mobilidade, a diversidade cultural e mobilização, a legitimação cultural e o financiamento.

### Diversidade cultural e mobilização:

A primeira experiência de ação do projeto teve início em junho de 2019 na Cidade Tiradentes, bairro do extremo leste da Cidade de São Paulo. Essa escolha se deu pela constatação de uma cena cultural em que diversos coletivos atuam através da poesia, música, teatro, grafite e conscientização de temas caros ao desenvolvimento de uma cidadania plural.

Nesse pouco tempo de existência, um trabalho sistemático de mobilização vem sendo feito para que o projeto possa desenvolver legitimação diante desse contexto cultural e possa estabelecer pontes entre agentes culturais e engajar participantes para as ações e cursos do ali.

O projeto foi apresentado em praças públicas, bares, casas de moradores locais, ateliês e espaços culturais. Participaram dessas apresentações estudantes, artistas, gestores culturais, professores e lideranças locais com o objetivo de aperfeiçoar a proposta através da escuta.

Nesse processo, uma grata surpresa foi perceber o papel que o ali passou a desenvolver como força de integração e de trocas entre esses coletivos que há tempos não se mobilizavam conjuntamente.

Participar da vida cultural da comunidade, ter os direitos culturais como instrumento auxiliar na busca da dignidade e do conhecimento humano, exercer a partilha cultural e o direito à cidadania é a realidade que vem sendo construída por todos os envolvidos neste projeto.

Soma-se a isso o interesse manifestado por diversos artistas, e produtores que, assim como os idealizadores do projeto, atuam no mercado de arte e instituições culturais, em colaborar com ações do projeto

<sup>7</sup> Professor e artista plástico. Já ministrou cursos no instituto Tomie Oh-take, Casa do Saber, Ypsilone e Sesc. É graduado em Artes Visuais pela FAS-M-SP. Participou de diversas exposições no Brasil e exterior. Possui obras nas coleções do MAC, MAM e da Pinacoteca de SP.

<sup>8</sup> O ali foi fundado em novembro de 2018 e é formado por Ana Prata, André Komatsu, Bruno Dunley, Ding Musa, Gustavo Vidigal, Lucia Koch, Renata Lucas, Rodrigo Andrade, Sara Ramo e Wagner Morales.

<sup>9</sup> O ali se propõe atuar em cinco bairros das cinco regiões da cidade de São Paulo - Norte, Sul, Leste e Oeste. A projeção de atuação do ali é de no mínimo dois anos em cada Bairro-Sede. O projeto iniciou suas atividades em junho de 2019 na Cidade Tiradentes, bairro do extremo leste da cidade, onde já se faz presente como ali: leste.

<sup>10</sup> Trecho extraído do texto “Por que ali?” encontrado no instagram @ali\_artelivre.

ali e desenvolver um trabalho de participação com maior alcance social e cultural. Para tanto, o projeto desenvolve uma rede de colaboradores para poder se expandir cada vez mais com um público diverso.

Incorporar atores locais, montar uma rede de colaboradores e desenvolver essa plataforma de integração e difusão cultural é parte essencial para a formação de públicos diversos e a garantia da inexistência de um paradigma único sobre o entendimento de cultura e legitimação de práticas culturais.

### **Dinâmica de urbanização e mobilidade:**

Partindo do ponto de que os integrantes idealizadores do projeto residem e trabalham na zona centro-oeste da cidade, a escolha de iniciar a empreitada em Cidade Tiradentes evidencia uma intenção radical do projeto. Em um sentido amplo, é possível afirmar que uma dinâmica econômica de urbanização imprimiu características comuns na constituição das cidades brasileiras: segregação social, segregação étnica, crescimento desordenado e baixa urbanização nas áreas afastadas dos centros são algumas delas.

Dentro desse contexto, além de pensar uma participação social que propicie a interação cultural plural e estimule o embate/debate entre diferentes ideias de cultura, é necessário enfrentar as dificuldades de mobilidade dos cidadãos entre os bairros da cidade. Como provocar o deslocamento dos sujeitos na cidade e promover encontros das experiências estéticas que fazem parte da expressão da vida social nos diferentes territórios da cidade de São Paulo?

O desafio posto é pensar não apenas como garantir que os cidadãos de Cidade Tiradentes envolvidos com o projeto ali possam gozar de seu direito de ir a museus, galerias, concertos, visitas a patrimônios da arquitetura e espetáculos de teatro e dança nas áreas centrais de São Paulo, mas também pensar como os cidadãos da área central da cidade possam se deslocar para participar dos diversos eventos e manifestações culturais existentes na Cidade Tiradentes e demais bairros afastados do centro da cidade.

### **Legitimação cultural e financiamento:**

É certo que as possibilidades de encontros entre diferentes modos de viver e fazer arte configuram a criação coletiva da vida e estimulam a experiência cultural do sujeito. Porém, para que os cidadãos

possam exercer seus direitos culturais, é necessário que as diversas identidades presentes na sociedade tenham representatividade e legitimação em espaços culturais públicos.

Criar e fortalecer espaços de legitimação cultural não é uma tarefa exclusiva do Estado, mercado ou instituições. Isso fica evidente em inúmeros lugares onde, apesar da ausência de políticas públicas ou forte presença institucional e de mercado, manifestações e grupos culturais perpetuam suas atividades graças ao trabalho de organização da sociedade civil.

No caso da produção artística, para que um trabalho de arte alcance relevância cultural é necessário que ele atravesse um longo processo de maturação e conquiste um lastro social significativo na dimensão pública. Atualmente, principalmente nas artes visuais, é possível constatar que os mecanismos de legitimação se deslocaram da crítica e pesquisa para uma forte atuação do mercado junto às instituições culturais.

No estado de São Paulo, uma das hipóteses para o fortalecimento desse processo foi o enfraquecimento do financiamento público às instituições culturais e universidades, o que abriu caminhos para que setores privados manifestassem seus interesses em esferas tão sensíveis ao desenvolvimento da cidadania.

No âmbito federal, apesar dos significativos esforços e realizações implementados pelo Ministério da Cultura (MINC) entre 2003 e 2014 com o Plano Nacional de Cultura (PNC), Sistema Nacional de Cultura (SNC), Plano Setorial de Artes Visuais e Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC), percebemos que ações continuadas destinadas à formação, articulação em rede, proteção à criação, profissionalização e implementação de espaços de legitimação amparado por um amplo conselho público ainda permanece como uma triste paisagem fora do horizonte nacional.

Hoje, a retomada dessas políticas culturais só parece ser possível através de um amplo trabalho de comunicação desse legado e da mobilização da sociedade civil para lutar e retomar seus direitos adquiridos. Cabe à sociedade civil se organizar, compreender os esforços desse passado recente em implementar essas políticas, retomar e resistir às investidas financistas que se utilizam de plataformas dogmáticas e obscurantistas para implementação de um projeto que destrói direitos e ataca a cultura, pois reconhece nela um motor de transformação social.

A palavra-chave para esse movimento parece ser articulação. Articulação de uma rede de formação e cultural potente em sua diversidade cultural, de classe, gênero, racial e étnica, capaz de reunir forças políticas para efetuar transformações direcionadas à construção de mais cidadania.

Para o artista contemporâneo, muitas vezes se dedicar à construção da linguagem de seu trabalho se torna tarefa insuficiente quando o mesmo não se encontra amparado pelo mercado ou por incentivos vindos de prêmios e editais públicos. A legitimação de sua obra só é capaz de se concretizar através das circunstâncias de visibilidade e circulação da linguagem.

Se a linguagem é um bem de todos que precisa ser criada e difundida socialmente através de um processo de partilha, o campo de legitimação se configura como um ambiente em disputa que custa caro. Construir a linguagem, a circunstância de visibilidade e a circulação da linguagem através de encontros, produção coletiva de conhecimento, articulação de redes, publicações, refeições, exposições é uma atividade política de resistência e tarefa para toda a sociedade.

Há muito o que fazer nessa direção. Abrem-se as possibilidades de mobilização entre diferentes ideias e espaços de cultura em que processos simbólicos, de criação e sociabilidade se articulem para um novo campo de legitimação cultural que faça frente à cultura da privatização, do rentismo, da ignorância e do desperdício.

## POR UMA SOCIOLOGIA DAS AUSÊNCIAS: REFLEXÕES SOBRE A INSTITUCIONALIDADE E A GOVERNANÇA DAS POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL.

Cláudia Leitão<sup>11</sup>

Os processos de institucionalização da cultura no Brasil acontecem a partir das primeiras décadas do século 20, em função das transformações de um país rural que gradativamente se urbaniza. Por sua vez, os interesses que originarão esses processos serão historicamente mais corporativos, políticos e econômicos do que representativos das reais demandas da sociedade brasileira. Para refletirmos sobre a participação social na formulação, implantação e monitoramento de políticas públicas de cultura, não devemos subestimar as características patrimonialistas, clientelistas, assistencialistas e autoritárias do Estado, cujos impactos foram sempre nefastos para a democracia. Se a história republicana expressa a fragilidade e a sazonalidade das instituições sociais e políticas no país, também não devemos desconsiderar o peso cada vez maior do capitalismo global como um regulador social cada vez mais insidioso para as democracias latino-americanas, especialmente, para o Brasil. Vale, ainda, enfatizar que as políticas culturais não foram historicamente incluídas, de forma estruturante, na agenda pública do processo de democratização do país.

Por outro lado, é inconteste o papel dos intelectuais brasileiros nas iniciativas de institucionalização da cultura. Como exemplifica Sergio Miceli, em sua obra *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil*, “os grandes empreendimentos na esfera cultural foram dimensionados sob a chancela de uma ‘burguesia’ que alimentou a esperança de reformar o sistema oligárquico sem alterar as condições de representação política do operariado e dos setores médios urbanos que poderiam lhe servir de sustentação”. De Mário de Andrade, que implanta e gere o Departamento de Cultura de São Paulo a Darcy Ribeiro, que assume a gestão cultural do Rio de Janeiro, a presença de notáveis na gestão cultural não amenizou a debilidade institucional da cultura, nem tampouco neutralizou a concentração excessiva de poder das mãos do Estado.

A criação do IPHAN e do Instituto Nacional do Livro

11 Mestre em Direito na USP, doutora em Sociologia pela Sorbonne. Professora da Universidade Estadual do Ceará. Diretora do Observatório de Fortaleza, consultora e presidente da Câmara Setorial da Economia Criativa da Agência de Desenvolvimento do Ceará.

(INL), na década de 30, são exemplos pioneiros e simbólicos das primeiras grandes representações da cultura para os governos: o patrimônio de pedra e cal e o livro. Na década de 70, sob o regime militar, a política cultural do Estado intenta enfrentar o descontentamento das classes médias diante da crise de eficiência econômica que assola o país, ao exemplo da concentração de renda e do crescimento da inflação. Para formular políticas culturais socialmente mais abrangentes, é criado o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), um programa abrangente e de custos elevados, que foi apoiado inicialmente pelo Ministério da Indústria e Comércio e não pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), onde, por hierarquia burocrático-organizacional, afinidade disciplinar e pertinência temática, deveria ter nascido. Em 1973, são lançadas, e rapidamente retiradas de circulação, as “Diretrizes para uma Política Nacional de Cultura”, pelo então Ministro da Educação Jarbas Passarinho, no governo Médici. Esse documento enfatiza a necessidade da criação de um organismo com autonomia para planejar, executar, coordenar e avaliar políticas de cultura. Eis aí mais um fato surpreendente: a primeira proposta de separação da área da cultura para sua autonomização como ministério, dar-se-á pela primeira vez em plena ditadura militar!

Em 1975, surge a Política Nacional de Cultura (PNC), documento coordenado por Afonso Arinos de Melo Franco, trazendo em seu bojo as primeiras advertências relativas aos papéis das políticas públicas de cultura diante do avanço das indústrias culturais e de comunicação. A institucionalidade da cultura no Brasil se amplia no governo militar, servindo aos interesses da construção de uma Política Nacional de Cultura que vai se transfigurando. Na gestão de Ney Braga, por exemplo, implanta-se o Conselho Nacional de Direito Autoral, o Conselho Nacional de Cinema (CONCINE) e a Fundação Nacional de Arte (FUNARTE), lançando-se o primeiro Plano Nacional de Cultura. No Governo Geisel essa ampliação se concretiza por meio de empresas de economia mista como a Radiobrás e a Embrallivro, em uma primeira tentativa mal sucedida de se trazer para o âmbito da cultura as políticas das indústrias culturais.

Na década de 80, período de redemocratização do país, a pasta da cultura ganha efetivamente sua independência institucional, separando-se da pasta da educação. Celso Furtado chega em 1986 ao Ministério da Cultura, em um momento de euforia com o Plano Cruzado e de grande efervescência política (tão grande quanto a descrença em um Ministério

da Cultura!). O MinC nasce de forma trôpega, depois de uma curta passagem de José Aparecido e de Aluísio Pimenta, assim como da recusa da atriz Fernanda Montenegro em assumir sua liderança. Na busca de um nome para a cultura, o nome de Furtado aparece encabeçado por um grande abaixo-assinado formado por artistas e economistas. Segundo Rosa Furtado, o novo ministro receberia “um amontoado de repartições públicas criadas em épocas distintas, herdadas de outros ministérios, com pouca organicidade”. Vale lembrar que, naquele momento, uma mesma pergunta era pronunciada por vários jornalistas a respeito do MinC: “Num país que passa fome é necessário um Ministério da Cultura?” Celso Furtado parecia ser um ministro maior do que o seu ministério. Mas, a institucionalização do MinC não rendeu à área da cultura um maior prestígio político, econômico ou social. Com orçamentos precários e atuação reduzida, o Ministério é extinto em 1990, por medida provisória, pelo Governo Collor. Mais de dez anos foram necessários para reconstruir a institucionalidade da cultura no governo federal, que volta a ser novamente ameaçada no Governo Temer e definitivamente desarticulada no Governo Bolsonaro.

Como compreender a vulnerabilidade das instituições culturais no Brasil? Essa vulnerabilidade poderia ser fruto de uma sociedade fragilizada, cuja cultura de participação ainda é incipiente? Seria a incompreensão dos governantes, acerca dos significados da cultura, a grande responsável pela sazonalidade das políticas culturais? Todas as respostas a essas questões são necessariamente complexas. Gostaria de centrar minhas reflexões na transfiguração semântica da cultura ao longo das últimas décadas e suas novas conexões com o desenvolvimento sustentável dos países. Quero aqui destacar três grandes concepções de cultura assumidas historicamente pela Organização das Nações Unidas: a Cultura no Desenvolvimento Sustentável, a Cultura para o Desenvolvimento Sustentável e, finalmente, a Cultura como Desenvolvimento Sustentável.

Declarações e convenções internacionais, ao tratarem a Cultura no Desenvolvimento Sustentável, a compreendem como um aspecto separado e independente das outras dimensões do desenvolvimento. Essa percepção tem como foco a proteção dos ativos culturais, reduzindo a cultura aos setores artísticos e culturais. Tal visão desconecta as relações da cultura com outros temas sociais e planetários, tomando-a, enfim, como quarto pilar do desenvolvimento. A percepção da Cultura para o Desenvolvimento

Sustentável a considera como mediadora e facilitadora, tendo como tarefa precípua traduzir conflitos e demandas entre os diversos grupos sociais, seus valores e formas de viver. Para essa interpretação, a cultura outorga sustentabilidade aos projetos de desenvolvimento dos povos e nações, agregando aos mesmos um significado social e humano. O grande desafio dos mais recentes documentos internacionais (como é o caso da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável) é o de conceber a Cultura como o próprio Desenvolvimento Sustentável, ou seja, é a cultura que cria as condições de sustentabilidade para o desenvolvimento no planeta. Nesse sentido, a cultura é muito mais processo do que produto, ela é aprendizagem, matriz de transformação e fundamento para a construção de novas epistemologias, outros modos de pensar, de ser e de agir no mundo. Nesse contexto, as políticas públicas de cultura devem comprometer-se cada vez mais com a participação social e em práticas inovadoras de governança territorial, uma governança que, a partir de novas institucionalidades, seja capaz de fazer dos indivíduos os protagonistas do seu próprio desenvolvimento.

Embora a cultura não esteja citada de forma explícita nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável definidos pela ONU para 2030, a cultura como desenvolvimento ganha gradativamente mais potência diante de um contexto de crise do Estado, dos governos e das instituições. Das artes às expressões culturais, da cópia à criatividade, da segmentação à transversalidade, do gasto à economia criativa, da quantidade à qualidade, dos produtos aos processos, do consumo aos direitos culturais, da gestão à governança, da vontade à responsabilidade, as instituições culturais também são postas à prova.

Como nos adverte Boaventura de Sousa Santos na sua proposta de uma Sociologia das Ausências, precisamos reinventar a emancipação social, criando alternativas à globalização neoliberal e ao capitalismo global. O Brasil, por meio de suas experiências nas áreas da democracia participativa, multiculturalismo, direitos humanos, cidadania cultural, sistemas alternativos de produção, biodiversidade e propriedade intelectual, tem sido um país estratégico para os estudos e a produção de uma “Epistemologia do Sul”, disposta a ver o invisível, a colher o desperdiçado, a valorizar a diversidade das experiências sociais, comunitárias e intersubjetivas.

É desse lugar que precisamos refletir sobre as nossas frustrações, impotências e impasses dian-

te da fragilidade institucional da cultura e dos tradicionais mecanismos de participação social. Nos grandes discursos sobre a democracia participativa, o pensamento reducionista ocidental solapou possibilidades, alternativas e caminhos capazes de rever e ampliar os significados das pessoas e das instituições para a prosperidade dos indivíduos no planeta. Boaventura Santos nos incita a “pensar o Sul, como se não houvesse o Norte, a pensar mulher como se não houvesse o homem, a pensar o escravo como se não houvesse o senhor”. Da mesma forma, não poderíamos aqui, pensar as instituições culturais sem pensarmos no Estado e em sua tradicional estrutura jurídico-política? Todas as experiências brasileiras não institucionais em torno da cultura não mereceriam uma maior visibilidade e reconhecimento? Por que as tecnologias sociais e culturais produzidas nesse imenso país continuam invisíveis? Por que desperdiçamos experiências e empobrecemos o real, muitas vezes em nome do “institucional”?

Enfim, necessitamos de uma nova “ecologia dos saberes”, como enfatiza Boaventura Santos, uma ecologia que permita, aos protagonistas do campo cultural, construir novas institucionalidades capazes de enfrentar os fatores culturais da pobreza, os papéis da economia criativa como fonte de desenvolvimento sustentável, a construção de indicadores culturais que possam contribuir para a mensuração da qualidade de vida dos povos, a construção de programas educativos que contribuam para a superação de todas as formas de discriminação das minorias, o desenvolvimento de novas competências interculturais, o incentivo ao empreendedorismo cultural e criativo, o reconhecimento das práticas culturais tradicionais, a gestão dos hábitos culturais em favor da alimentação e da saúde, a produção cultural verde e o uso de energias limpas pelas indústrias criativas, a integração das artes às cidades, especialmente em assentamentos urbanos vulneráveis, a criação de circuitos e territórios culturais e criativos, a humanização dos espaços públicos a partir da recuperação, restauro e de novos usos do patrimônio cultural, o turismo criativo e o turismo cultural, as garantias de trabalho digno para os setores criativos, a inclusão de jovens marginalizados nos sistemas produtivos da economia criativa, a criação de condições de acesso dos pequenos empreendimentos ao crédito e ao financiamento, a inovação nos processos e produtos culturais e criativos, a proteção de comunidades afetadas pela violência por meio de ações culturais e criativas sustentáveis, a garantia dos direitos culturais.

Diante do contexto autoritário de extinção, no Governo Bolsonaro, de mais de 30 conselhos de participação civil em áreas estratégicas para o país, esvaziando-se comissões e colegiados e distanciando as ações do governo da sociedade civil, necessitamos, mais do que nunca, ampliar as práticas sociais além das institucionalidades legais, reconhecendo sua capacidade de disputar na arena política a sua legitimidade, eficácia e efetividade. Enfim, a sobrevivência institucional do Conselho Nacional de Política Cultural, no atual Ministério da Cidadania, é menos um fato a ser comemorado do que um estímulo para novas experiências sociais e outras institucionalidades.

## PORQUE SE FAZ POLÍTICAS PÚBLICAS SEM OUVIR QUEM AS VIVE?

Mídia NINJA / Fora do Eixo Dríade Aguiar<sup>12</sup>

Este tema nos provoca a pensar sobre os dilemas colocados à área cultural e acho que seu

próprio título expõe um dilema grave deste nosso front: disputar que deveria existir processos de participação social no meio cultural é algo que deveria ou ser óbvio ou ser desnecessário.

Explico: se é o povo que faz cultura, se é de nós, da nossa vivência no dia a dia que criamos identidade e suas expressões, como e por que o povo deveria pedir para participar dela? Sem o povo, sem nós, a cultura não existe. Logo, participar do fazer cultural, seja do lado das políticas públicas, ou mesmo seguir se apresentando na praça, todo esse processo deveria ser óbvio. Ou tão intrínseco que debater isso seria desnecessário - simplesmente acontece.

Olhemos para os problemas crônicos da cultura - falta estrutural de investimento, a polêmica Lei Rouanet, os processos do Sistema Nacional de Cultura, os mecanismos dos conselhos nacionais e estaduais, a falta de aparelhos culturais, o preconceito contra o fazedor de cultura, o desrespeito à memória, a falta de perspectiva do patrimônio, a discriminação contra certas vertentes ou linguagens culturais e, infelizmente, a volta da censura. Isso para citar mais algumas.

Como podemos propor ou construir políticas públicas para esses problemas centenários da cultura brasileira sem ouvir quem as vive? Isso, claro, não se restringe à cultura, qualquer política pública deve ser feita ouvindo todos da sua cadeia, do paciente ao diretor do hospital. Ou seja, estamos lidando com uma coisa absurda.

Abro um parênteses para falar um pouco sobre uma das coisas mais absurdas que tem acontecido recentemente e que afeta diretamente a participação social na cultura - a censura.

Quando Osmar Terra manda suspender um edital da Ancine por conta de seu apoio a

produções LGBT, o governo quer dar um recado claro: o dinheiro E A CULTURA do Brasil eleito em 2018 não vão dar espaço para a comunidade LGBTQI+. Aqui parece que estamos falando de algo pragmático como investimento, verba, dinheiro pra fazer as coisas acontecerem; mas na verdade estamos falando de perpetuação da existência.

Se a censura tiver mais que recortes políticos, também recortes identitários, ela sufoca uma parte do que é ser brasileiro - ter uma cultura diversa. Assim, como as travestis, transexuais, lésbicas, bissexuais, pansexuais (como eu), não binários e estendendo mais, os negros, periféricos, povos de terreiros, indígenas, mulheres, eventualmente todas pessoas vão entender que a cultura não é espaço para elas no governo vigente. E como isso é possível na prática? Basta pensar um pouco, quem faz cultura no Brasil são as mulheres, os pretos, os favelados, as sapos, as bichas, as travas, os índios, somos nós. Como não vamos participar deste processo? Este processo inexistente sem nossa presença. Então, por isso é preciso pensar na censura também como uma ferramenta de negação de participação social.

E para elaborar sobre isso dentro do âmbito do governo, compartilho uma experiência da gestão 2015/16 com vocês. A Mídia NINJA e o Fora do Eixo foram convidados pelo Ministro Juca Ferreira a se somar a sua gestão no Ministério da Cultura. Topamos o desafio e fizemos parte de algumas áreas do ministério. Inicialmente eu assumi o cargo de Coordenadora de Comunicação Digital, o que por si só já foi um avanço, já a comunicação digital não havia sido pensada até então como uma potência por si só.

Mas ali dentro obviamente eu vi e aprendi muita coisa. Ver a máquina funcionando e entender as engrenagens, saber que secretaria faz o que, o que é ou não jurisdição do lphan, enfim, compreender melhor o gigante institucional por trás da cultura da brasileira. E neste espaço de tempo, porque eu entrei assim que Juca entrou e saí assim que Juca e Dilma saíram, eu vi o ministério fazer centenas de eventos, ações, editais, mobilizações e com isso juntar muita gente. Muita gente que vivia a cultura.

Eu também vi desperdiçarmos essas pessoas, esse poder que elas representam, os dados que elas trazem nas mãos. Por isso, ao longo de ano de 2015 fizemos uma série de conversas com o Ministro e o Secretário Executivo para a criação de um núcleo de Participação e Mobilização Social no MinC. Pensamos

<sup>12</sup> Co-fundadora e colunista do Mídia NINJA, editora de Mulheres e Negritude, e gestora de comunicação do Fora do Eixo. Entre 2015 e 2016, fez parte do Ministério da Cultura como Coordenadora de Comunicação Digital e Coordenadora de Articulação e Cooperação.

em seu modelo de gestão, projetos, DAs e contratações necessárias para que o núcleo exista, a quem ele respondia, montamos um projeto e mandamos pra mesa da Dilma em março de 2016.

De forma resumida, este projeto olhava para os governos, prefeituras, secretarias que já tinham núcleos de mobilização que já entendiam que não se faz nada sem a participação e propunha um modelo para o governo federal, com o recorte da cultura. A idéia era, no mínimo, estar mais próximo de quem vive a cultura e assim gerar mais insumos para possíveis políticas públicas. Neste meio tempo, tivemos um caso curioso que nos fez entender ainda mais a importância de instâncias de participação. Passamos por uma crise alarmante em 2015 com a epidemia da Zika no Brasil. O governo convocou uma reunião com todos os ministérios, da qual fiz parte, e perguntou: o que cada ministério poderia fazer para acabar com a zika. E nós pensamos - o que a cultura pode fazer para acabar com a Zika?

A resposta foi: juntar gente. Fazer na prática tudo que os cartazes da campanha de comunicação sugerem. Então nós escrevemos para os pontos de cultura e indicamos que eles fizeram mutirões de limpeza dos seus espaços e do seu território. Isso significa que os pontos faziam eventos e através de um cortejo eles passavam de casa em casa conscientizando e ajudando a limpar o barro. Acabando com o mosquito através do tambor. Isso gerou outras consequências, como por exemplo ter começado processos onde os pontos disseram que tipo de evento funcionaria ou não, que tipo de frases da campanha funcionaram ou não, que tipo de abordagem funcionava ou não. Os pontos eram pessoas de verdade, lidando com seus vizinhos, sobre como acabar com um problema eminente da nossa nação. Os pontos sabiam mais como vencer a Zika que qualquer ministério brasileiro. Por isso, se provou novamente que é com participação que decisões melhores são tomadas.

Se o governo falha, o povo dá aula. A cultura, organiza em movimentos sociais ou não, sabe e inova o conceito de participação e mobilização social diariamente. O fazedor cultural sabe que a cultura é uma experiência coletiva, sabe que se não ouvirmos o outro, não vamos solucionar nenhuma problemática. Não estou falando de forma romântica ou ingênua sobre o que é participar. Estou falando sobre dinâmicas, ferramentas, instâncias; estou falando sobre práticas de que dado contribui para uma política feita de forma efetiva e econômica. Estamos falando de viabilidade também.

Um bom exemplo pode ser o Ocupa MinC. Saindo do ministério nós do Fora do Eixo e da Mídia NINJA fomos direto para as ocupações dos prédios das autarquias e escritórios regionais do Minc em 2016. Era a cultura lutando de volta pelo direito de existir. Em muitas destas ocupações vimos os prédios finalmente serem utilizados para o fim que eles se propunham antes - estimular a existência da cultura. Ali tivemos shows, apresentações, saraus, claro, mas também tivemos por um tempo a cultura da participação. Plenárias, atos, marchas, a Funarte, o Iphan, os escritórios finalmente tiveram uma aula sobre o que são as decisões coletivas. Pena que não estavam ouvindo.

A rede da qual que faço parte é também um grande lembrete de que sem participação social não vamos muito longe. O Fora do Eixo é uma rede de coletivos, casas e produtores da cultura, comunicação e comportamento. Para além disso somos uma comunidade - vivemos em casas coletivas, debatemos a criação dos nossos filhos neste espaço, subvertemos a lógica capitalista quando tiramos o salário da equação do nosso trabalho, ou seja, somos uma organização complexa, que se move através dos desejos de quem faz parte. Se a gente não se ouve, se não levamos em consideração quem somos, o que queremos e para onde queremos ir, o Fora do Eixo deixa de existir. E com ele os mais de 500 shows que já produzimos por ano, os artistas que já lançamos, as turnês, os festivais, nossas participações nos conselhos, nossas formações no cinema, tudo isso não existiria se não tivéssemos um sistema de participação social atualizado e aprimorado em tempo real.

A própria Mídia NINJA - não há nada mais cruamente aberto à participação que uma mídia que vive em completo contato com seu comentariado. Ou seja, as pessoas que interagem com nosso conteúdo no inbox, no email, nas mensagens diretas, ou qualquer outro tipo de caixa de comentários que temos nas nossas redes sociais, todas essas pessoas e os insumos que elas trazem, as tornam fazedoras ativas dos conteúdos que publicamos. Suas opiniões geram um mapa de calor sobre o que o campo progressista pensa e como reage, mais que isso, gera e interfere de fato na produção de conteúdo - nossa, ou de parceiros. Eles participam e não poderia ser de outro jeito.

Em resumo, o que proponho é que não podemos ser tratados como aqueles que lutam pela conquista da participação social no setor cultural - ou qualquer outro na verdade -, como se ele fosse um direito a

nós garantido e sim que lutamos pelo dever que o governo tem de nos ouvir. Ele foi ouvido em correntes do whatsapp, fake news e urnas no ano passado e resultou no que há de pior até hoje para as políticas culturais, que vai desde a censura à exoneração completa da Funarte. E como no Ocupa MinC há três anos atrás, nós resistiremos com o que fazemos de melhor: mostrando como política é feita na prática.

Isaura Botelho<sup>13</sup>

Estamos vivendo um momento muito particular no Brasil hoje: um retrocesso nunca antes visto em matéria de direitos civis e sociais. Esse momento nos obriga a repensar paradigmas que até então nos pareciam ganhos já estabelecidos e que convocavam avanços em direção a um refinamento de uma república que, de fato, era muito recente no Brasil. Realmente, o Brasil não é um país para fracós. É sobre isso que gostaria de falar aqui. Para isso, vou rememorar alguns desses ganhos e encaminhar meus argumentos sobre algumas possibilidades de enfrentamento presente.

No Brasil, a Constituição de 1988, alimentada pelo processo de redemocratização do país, constituiu um marco fundamental no desenvolvimento de institutos participativos e na valorização da esfera local, que passou a ter atribuições de competência para políticas sociais e urbanas. Dessa nova institucionalidade resultou, por exemplo, as Leis Orgânicas do Sistema Único de Saúde e o Sistema Único de Assistência Social, a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Estatuto das Cidades, a Lei da Transparência e a Lei de Acesso à Informação.<sup>14</sup> No entanto, a área cultural não foi contemplada por essas novas formas de organização institucional.

Embora no governo FHC tenham se realizado algumas conferências e criação de conselhos, é no governo Lula que as relações entre o Estado e a Sociedade Civil se alteraram visivelmente, mediante o estímulo a parcerias para a execução de políticas públicas. Foi no plano da gestão municipal que ocorreram as experiências mais interessantes, já que a relação entre os movimentos sociais e a administração acontecem de forma mais intensa em nível local, permitindo que as demandas sociais e urbanas reflitam com mais acuidade a pluralidade de atores e de interesses. Um dos exemplos mais exitosos nesse caso foi o do Orçamento Participativo, cujos bons resultados levaram a que esse modelo ultrapassasse fronteiras. Nesse cenário se inscreveu a proposta de criação do Sistema Nacional de Cultura, que come-

çou a ser gestado desde 2003 e que ganhou forma de lei no quadro do Plano Nacional de Cultura em 2010 (lei 12.343). **É importante ressaltar que todos esses mecanismos foram criados a partir do impulso do governo federal, mas que contaram com a colaboração da sociedade em nível local.**

Foram ensaios no sentido de se alterar as relações de poder instauradas pela democracia liberal-elitista caminhando em direção a uma democracia participativa. Nesse sentido, se pretendia a inclusão de atores historicamente excluídos das decisões de política cultural, no caso do SNC, e a mobilização e participação do conjunto de interessados nas deliberações. Acompanhando esses movimentos, desenhos institucionais de natureza diversa foram previstos: conselhos, conferências nas três esferas administrativas. Os movimentos culturais e artísticos ganharam protagonismo nesse novo arranjo proposto, desempenhando um papel expressivo na “institucionalização da diversidade cultural” e na “ampliação do político pela transformação de práticas dominantes, pelo aumento da cidadania e pela inserção na política de atores sociais excluídos”<sup>15</sup>

No entanto, não basta que os processos decisórios sejam inclusivos, deliberativos e institucionalmente plurais: é necessário que essas instâncias tenham capacidade de tornar suas decisões efetivas. Isso não se realizou no processo de implementação do SNC, por vários motivos. Sinalizo apenas um deles, que me parece determinante: praticamente não houve repasses de recursos que fossem alimentar os Fundos Municipais, premissa obrigatória de adesão ao Sistema. Isso desmobilizou a maioria dos municípios que havia aderido a ele, e que, em sua grande maioria, o haviam feito em função dessa promessa, deixando de lado, inclusive as eventuais divergências partidárias com o governo federal.

No entanto, as conferências municipais e estaduais de cultura, culminando em três conferências nacionais, os conselhos constituídos de forma representativa e não mais pelos “notáveis” locais; colegiados setoriais sistematizando as informações e necessidades de cada linguagem artística; a criação de fundos e outros mecanismos de condução de políticas; os planos municipais e estaduais de cultura; o desenvolvimento de programas reconhecendo e atendendo manifestações culturais de grupos indígenas, quilom-

<sup>13</sup> Doutora em Ação Cultural pela ECA-USP, com pós-doc na França. Atuou na Funarte, na Biblioteca Nacional e no Ministério da Cultura. Ministra cursos em diferentes instituições nacionais e internacionais.

<sup>14</sup> v. GASPARDO, Murilo. *Democracia participativa e experimentalismo democrático em tempos sombrios*. In: Estudos Avançados 92. Jan/abr 2018. p.70.

<sup>15</sup> SANTOS; AVRITZE, 2002, p. 53, citado por GASPARDO, Murilo. *Democracia participativa e experimentalismo democrático em tempos sombrios*. In: Estudos Avançados 92. Jan/abr 2018. p. 73.

bolas e movimentos culturais que raramente se habilitavam a recursos mais expressivos, como o Cultura Viva, todos esses exemplos representaram desenhos institucionais que eram repletos de energia. Mesmo sendo experiência recente, a institucionalidade do setor cultural começou a se alterar de forma perceptível. Ousaria dizer que estávamos no caminho de uma maior complexidade do quadro institucional da área cultural no Brasil, condição que Aloísio Magalhães, secretário de cultura do MEC (1981-82), acreditava ser necessária para a criação de um ministério da cultura. Esse conjunto de formulações, decisões e de encaminhamentos gerou, naquele momento, muita mobilização local e regional - parece-me ter sido o fermento da reação nacional à extinção do Ministério da Cultura no governo Temer (2016), o que nos leva a outra observação.

A institucionalidade da área cultural é muito frágil. O movimento nacional do “Fica MinC” não sobreviveu à volta do ministério que voltou a existir esvaziado, sem orçamento e sem políticas. Ou seja, sem nenhuma importância. É como se o simples fato de existir um ministério fosse a salvaguarda necessária para a cultura. A energia do movimento “Fica MinC” desapareceu imediatamente e, pior ainda, o silêncio foi a resposta à eleição seguinte (2018), que de imediato extinguiu o MinC e o transformou em uma secretaria subalterna do chamado Ministério da Cidadania.

## DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO E DO ATIVISMO PROGRESSISTA. SOBRE TRINCHEIRAS E ESPERANÇA.

Luciana Tatagiba<sup>16</sup>

**“No social não existe terra arrasada. Tudo o que se planta floresce; embora não necessariamente sob as mesmas formas”.**

Essas foram as palavras do professor emérito da USP, Gabriel Cohn, para os cientistas sociais reunidos no 40º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), em Caxambu. A palestra foi proferida em outubro de 2016, menos de dois meses após o golpe jurídico-parlamentar que destituiu do poder a presidenta Dilma Rousseff. Desde então, o campo progressista temos acumulado derrotas. Da morte de Marielle Franco à eleição da extrema direita, vemos desmoronar nossas instituições democráticas e o conjunto de garantias sociais duramente construídos ao longo das últimas décadas. O impeachment foi um ponto de virada não apenas do ciclo da esquerda no poder, mas de todo o período que se convencionou chamar de Nova República (1985-2016).

Esse cenário implicou em profundas mudanças no panorama da participação social no Brasil, trazendo muitos e novos desafios para o ativismo progressista. Esse ensaio busca refletir sobre esse tema.

Inspirada pelo professor Cohn, nessas breves notas tento olhar para os dilemas da participação a partir e para além do retrovisor do golpe e dos seus nefastos desfechos.

Se é verdade que no social não existe terra arrasada, como defende o sociólogo, quais as sementes de nossas lutas que podem ter resistido à aridez e devastação dos tempos que correm? E quando finalmente florescerem essas sementes – se é que já não o fizeram –, quais serão suas formas? Estaremos preparados para reconhecer sua potência e lhes chamar pelo adequado nome?

\*\*\*

<sup>16</sup> Professora livre-docente do Departamento de Ciência Política da Unicamp e coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Participação, Movimentos Sociais e Ação Coletiva (NEPAC).

Quando olhamos para os atores e as demandas de participação no Brasil, pelo menos desde 2013, vemos a combinação de duas lógicas distintas: a polarização político-partidária e a heterogeneização social<sup>17</sup>.

*A chegada da esquerda ao poder induziu a processos de polarização política entre direita e esquerda em torno do acesso aos recursos do Estado.* Essa polarização produziu um realinhamento entre as classes dominantes e entre eles e os setores médios, que colocou fim ao pacto social e econômico que alicerçara o lulismo. A capacidade desses setores de falar à sociedade, a partir da construção do antipetismo, produziu uma intensa mobilização que pôs fim ao ciclo da esquerda no poder, em 2016. A polarização política conduziu a um quadro de crise da democracia, principalmente a partir de 2014 quando o candidato derrotado não aceitou o resultado das urnas. Como mostram Tatagiba e Galvão<sup>18</sup>, o principal tema que levou as pessoas às ruas no país entre 2011 e 2016 foi o funcionamento do sistema político, a partir da demanda do combate à corrupção. A ação das ruas alimentou e foi alimentada pela Operação Lava Jato, da Polícia Federal. A seletividade e o arbítrio que caracterizaram a ação da Polícia Federal, recentemente descortinados pelas reportagens do Intercept Brasil, resultou na criminalização da atividade política e desestabilização do sistema político, abrindo caminho para o fortalecimento de alternativas não democráticas de solução da crise, que alimentaram a opção eleitoral pela extrema direita em 2018.

Mas a polarização, que retroalimenta os processos de desdemocratização em curso, divide espaço com outra lógica que aponta para a heterogeneização dos atores e das demandas da participação. Suas expressões e os conflitos que eles instituem não cabem nos contornos da polarização direita x esquerda.

O que estou chamando de heterogeneização social expressa o empoderamento de identidades coletivas tradicionalmente subalternizadas, a partir das inovações nas políticas públicas que ao longo das últimas décadas têm incorporado novos atores na cena política, um processo que foi intensificado ao longo dos governos petistas. Esse processo tem contribuído para o questionamento do autoritarismo social<sup>19</sup>, a

<sup>17</sup> Desenvolvo esse argumento no capítulo “Crossroads of Brazilian democracy: dynamics of social mobilization during the Left Turn Cycle”. In: Juan Pablo Ferrero; Ana Natlucci; Luciana Tatagiba. (Org.). *Socio-political dynamics within the crisis of the left*. 1 ed. London/New York: Rowman & Littlefield, 2019, v. 1, p. 37-64.

<sup>18</sup> Luciana Tatagiba & Andreia Galvão. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). *Opinião Pública (UNICAMP)*, v. 25, p. 63-96, 2019.

<sup>19</sup> Evelina Dagnino, “Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania.” In: *Anos 90, política e sociedade no Brasil*, ed. Evelina Dagnino (São Paulo: Brasiliense, 1994), 103-118

expressão cultural das enormes desigualdades que estruturam as relações sociais no Brasil.

O reposicionamento das questões de raça e gênero como eixos estruturantes da dominação é, em parte, resultado das políticas dos governos de esquerda. Ao mesmo tempo, denunciam os limites desses governos em levar adiante a radicalização da democracia. A questão racial é particularmente emblemática. As políticas sociais dos governos petistas fortaleceram os movimentos sociais e agrupamentos negros na luta contra o racismo, em suas mais diferentes expressões. Ao mesmo tempo, os jovens negros continuaram a ser assassinados pelo Estado, sob uma política de guerra às drogas que não mereceu atenção dos governos do PT. Em 2015, 50 mil mulheres negras ocuparam Brasília na primeira *Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, a violência e pelo bem viver* em defesa de “um novo pacto civilizatório”. No pleito de 2018 houve um grande número de mulheres negras, transexuais e homossexuais se candidatando a cargos legislativos, a partir de uma proposta de mandatos coletivos, sob o frame “#ocupapolítica”, em clara referência à luta dos jovens estudantes, em 2015.

Da crítica generalizada às instituições, parece que estamos dando os primeiros passos para um novo ciclo de lutas em torno da renovação democrática e participativa das instituições. Contudo, esse processo é ainda incipiente e o que temos visto é uma grande dificuldade dos grupos progressistas de forjarem projetos políticos capazes de apontar caminhos para a superação da crise política.

Em síntese, os governos petistas, com todas as suas contradições, colocou em rota de colisão eixos que corriam em paralelo: a democracia e as desigualdades. O novo *round* da luta contra a desdemocratização em curso parte desse choque, o que não é pouco para um país que ainda precisa reparar a escravidão e todas as suas expressões hodiernas.

O fim do ciclo da esquerda no poder parece ser também o começo de um novo ciclo da democracia brasileira. Esse ciclo, cujos contornos ainda não conseguimos divisar, certamente parte dos importantes legados dos governos de esquerda, mas irá também requerer coragem para superar os seus limites.

Nesse sentido, cabe mencionar os impactos perversos do neodesenvolvimentismo e da concepção estadocêntrica que o preside. Como destacado por

Dagnino<sup>20</sup>, o neodesenvolvimentismo ofereceu aos governos de esquerda na América Latina uma alternativa para lutar contra as desigualdades em países de capitalismo periférico. Contudo, a lógica que o presidiu retomou a velha fórmula “de um estado forte e auto-suficiente” e a “centralização das práticas políticas” que caracterizou o “‘velho’ desenvolvimento”, contrariando as apostas da democracia participativa quanto a processos mais inclusivos e sustentáveis de desenvolvimento. A tensão entre *participação* e *desenvolvimento* ativou uma nova articulação entre povos tradicionais e movimentos sociais urbanos afetados por um modelo de desenvolvimento predatório das pessoas e do ambiente, abrindo novas frentes de contestação, desde a esquerda, ao consenso lulista<sup>21</sup>, como muito bem destacado em texto recente de Eliane Brum<sup>22</sup>.

\*\*\*

Voltando ao ponto central do texto: quais os desafios que essa dinâmica da mobilização social – que seria marcada, como estou sugerindo, pela combinação entre as lógicas da polarização político-partidária e da heterogeneização social – impõe para a prática da participação e do ativismo progressista hoje?

Atuar sob a lógica da polarização nos exige praticar o que venho chamando de uma *política de trincheira*. Ou seja, agir reativa e coletivamente tentando limitar os estragos da ávida disputa dos grupos no poder pelos recursos do Estado. O casamento de conveniência entre o neoliberalismo e o conservadorismo coloca em risco as conquistas de nossa jovem democracia: os direitos trabalhistas, as políticas sociais, as políticas afirmativas, os direitos sexuais e reprodutivos etc.

A atual luta contra o desmonte das instituições participativas – como os conselhos de políticas públicas e as conferências – insere-se nesse contexto. Como bem lembrou Rebecca Abers<sup>23</sup>, uma das ironias de atuar sob um contexto de tamanho retrocesso é

20 Evelina Dagnino, “State–Society Relations and the Dilemmas of the New Developmentalist State”, *IDS Bulletin, Transforming Development Knowledge*, Volume 47 | no 2A (November 2016): 157.

21 Para uma análise crítica da participação nos governos Lula, que mostra a passagem de um sentido de participação forte para outro de “participação como escuta”, ver Ana Cláudia Teixeira, *Para além do voto: uma narrativa sobre a democracia participativa no Brasil (1975-2010)*. Tese Doutorado (Campinas, Unicamp, 2013); e também Evelina Dagnino e Ana Cláudia Chaves Teixeira, “The Participation of Civil Society in Lula’s Government”, *Journal of Politics in Latin America*, 6, 3, (2014).

22 “Lula Livre Sim, mas sem fraudar a história”. [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/24/opinion/1571924140\\_406343.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/24/opinion/1571924140_406343.html)

23 “Os movimentos sociais e o ativismo no governo Bolsonaro”. <https://www.nexojournal.com.br/ensaio/2019/Os-movimentos-sociais-e-o-ativismo-no-governo-Bolsonaro>

que ativistas e pesquisadores são levados “a defender como necessário o que antes entendiam como insuficiente”.

A *política de trincheira* é, no limite, uma política de redução de danos face ao avanço do processo de desdemocratização em curso. Defender nossas instituições participativas duramente construídas é assim imperativo, urgente; mas isso não significa que não seja necessário produzir deslocamentos em suas formas de funcionamento. Afinal, desde pelo menos o começo dos anos 2010, os pesquisadores temos chamado a atenção para os limites dos conselhos e conferências como cenário para travarmos a luta contra a desigualdade.

Em síntese: a lógica da polarização que induz a uma política do “nós contra eles” nos exige assumir uma posição ativa e coletiva contra o governo da morte e da barbárie, atuando em diversos flancos, operando nas brechas do possível, para impedir tanto quanto possível a escalada dos retrocessos.

Mas, se estou certa em meu diagnóstico, a lógica da polarização não incorpora a totalidade dos conflitos em jogo. A natureza das disputas em curso no Brasil hoje não se resume às metáforas espaciais e dicotômicas da política: esquerda x direita, progressistas x conservadores. Quando olhamos para além das disputas político-partidárias, vemos uma cena muito mais complexa, desafiadora e potente.

O social e o cultural expandem os limites da política e nos exige – na prática e na análise – ir além da política da trincheira, da política reativa. Ao reconhecer a heterogeneização dos atores e demandas que conformam o campo da mobilização social no Brasil hoje, vemos que o que se exige de nós é – ao lado e para além de uma *política da trincheira* - uma *política da esperança*.

Em sua passagem pelo Brasil, as duas referências do feminismo negro Angela Davis e Patrícia Hill Collins nos falaram muito sobre a esperança como base para construção de um novo projeto de sociedade, que tenha como base a justiça e a igualdade. A política da esperança não é reativa; ela é propositiva. Ela não atua nas brechas do presente; ela expande o presente. Ela dá um passo adiante. Está voltada não para resistir à morte, mas busca encontrar e fortalecer a vida, onde ela aparece, nas condições em que é possível que ela se realize. A potência da política da esperança para um projeto político de esquerda é que ela nasce com

a marca da interseccionalidade. Não é à toa que as mulheres negras são suas principais porta-vozes. Justo elas que sentem de forma mais dramática os efeitos combinados da desigualdade social.

O desafio para uma prática participativa orientada pela *política da esperança* é forjar processos de identificação que permitam a ação coletiva e coordenada em torno de causas comuns. Quando atuamos sob a lógica da polarização política, quem somos “nós” e quem são “eles” está definido pela própria disposição dos atores no espectro político-partidário, direita x esquerda, conservadores x progressistas. Mas, quando o que alimenta a ação coletiva são as dinâmicas sócio culturais e a subjetividades tecidas nas experiências cotidianas, o processo de identificação demanda um processo mais ativo e negociado entre os sujeitos. Ou seja, a definição de quem somos “nós” e quem são “eles” passa a ser a questão-chave. O teórico dos movimentos sociais, Alberto Melucci, chamou a atenção para isso ao afirmar que os novos movimentos sociais gastam a maior parte de sua energia tentando se afirmar como atores coletivos. A política da esperança exige novas respostas para o antigo problema da unidade das novas esquerdas.

\*\*\*

Ao falar da *política da trincheira* e da *política da esperança* pensava aqui nos desafios da prática da participação e do ativismo. Mas, e quais os desafios da análise, da construção da nossa agenda de pesquisa, em um cenário de mobilização social tão diverso, tão complexo? Que contribuição podemos dar, com nossas pesquisas sobre a participação social, à luta pela construção da democracia brasileira nesse momento?

Temos que, nós mesmos, manter a esperança. Devemos aprender isso com as pesquisadoras feministas negras. Sua aguda compreensão das desigualdades e amplo reconhecimento do avanço da onda conservadora que tem tornado mais difícil a luta dos setores progressistas em todo mundo, não as impediu de empoderar as resistências, por mais frágeis que se apresentem nesse momento. Manter a esperança significa, retomando a análise de Gabriel Cohn, não ceder ao discurso da terra arrasada. “No social, tudo que se planta floresce”: a luta por direitos, por reconhecimento, por inclusão, segue inspirando ativistas dentro e fora do Estado a construir sociedades mais justas. São imensas nossas derrotas, mas elas não são completas, tampouco definitivas.

Nesse momento mesmo em que escrevo, vemos os levantes no Equador e Chile, e a derrota da direita argentina. Teremos um novo round, e ele será construído não só sob os escombros desse nefasto governo, mas também sob os acúmulos de nossas lutas.

Precisamos estar com nosso radar preparado para identificar as novas formas e os novos sujeitos da participação. Uma parte dos conflitos que vemos hoje no campo progressista tem forte dimensão geracional. Há uma nova geração que quando entrou na política encontrou a esquerda no poder. E não gostou do que viu. Essa geração tem buscado construir outras formas de fazer política, contestando os modelos mais verticalizados e hierárquicos que marca a maior parte das organizações tradicionais de esquerda. Tem questionado as formas tradicionais de representação e mantém, grosso modo, certa recusa às instituições. Para boa parte dessa geração, nossas instituições participativas não são algo pelo qual lutar. Há um gap geracional na narrativa da democracia que seria importante ajudarmos a preencher. Mas, só vamos fazer isso se não negarmos nem o nosso passado e nem o nosso presente. As sementes que foram plantadas florescem, mas não necessariamente sob as mesmas formas. Os sujeitos da resistência podem não ser os que esperávamos ou desejávamos. Precisamos perscrutá-los. Sem romantizar seus feitos, tampouco exigir que caibam nas velhas formas.

Sérgio Mamberti<sup>24</sup>

Este texto foi escrito para o Ciclo Cultura e Participação promovido pelo Centro de Pesquisa e Formação do Sesc, por ocasião do décimo segundo aniversário da efetivação do Conselho Nacional de Política Cultural em 2007, órgão colegiado que compõe o Sistema Nacional de Cultura (SNC) e que integra hoje a estrutura básica da Secretaria da Cidadania, depois da extinção do Ministério da Cultura, nesse novo governo.

O CNPC, instituído pela Constituição Federal, Artigo 216-A, § 2, inciso II, decreto nº 5520/2005 e Portaria nº 28/2016, tem por finalidade propor a formulação de políticas públicas de cultura, com vistas a promover a articulação e o debate dos diferentes níveis de governo e a sociedade civil organizada, para o desenvolvimento e o fomento das atividades culturais no território nacional.

No governo atual, sofreu uma reformulação através de decreto publicado em 27/06/2019, alterando a sua estrutura original de representação do poder público federal, dos três poderes públicos estadual, distrital e municipal e da representação da sociedade civil.

Dentre as competências estabelecidas no novo decreto destacam-se: propor a formulação de políticas públicas de cultura, de forma articulada entre as diferentes esferas de governo e a sociedade civil; apoiar a articulação e a cooperação federativas necessárias à consolidação do Sistema Nacional de Cultura (SNC) e dos processos de participação da sociedade na formulação de políticas culturais; propor ações, programas e políticas culturais que auxiliem o Ministério da Cidadania no processo de implementação e gestão do SNC; e acompanhar e avaliar a execução do Plano Nacional de Cultura (PNC), com vistas ao pleno complemento de suas metas, e propor medidas para sua otimização.

O CNPC, portanto, garante a participação efetiva da sociedade civil na formulação, implantação e controle das políticas públicas de cultura.

A primeira imagem que aparece quando pensamos em cultura é a da resistência. Num país como o nosso, historicamente com uma experiência autoritária tão longa, parece natural que qualquer cidadão que se preocupe com a questão cultural, se defronte de imediato com a consciência dos obstáculos que terá que enfrentar.

Cultura é o modo pelo qual os homens criam símbolos, valores, práticas, comportamentos e sentidos. É no plano cultural que se encontra a possibilidade maior de superação da barbárie e da conceituação de uma outra ordem democrática, justa e pluralista entre nós.

A questão cultural porém é complexa, exigindo permanente esforço de análise e reflexão. É fundamental o fomento e a criação de espaços democráticos para sua discussão, com a presença efetiva de todos os atores sociais e culturais envolvidos diretamente no processo; garantir direitos constitucionais já existentes, criar novos direitos e eliminar privilégios. São esses os compromissos essenciais para uma gestão democrática da cultura, assumindo o cidadão como prioridade, para respondermos aos enormes desafios políticos, econômicos e tecnológicos com que nos defrontamos neste início do século 21.

A urgente realização deste conceito de cultura, não pode mais ser confiada como vem acontecendo, exclusivamente, às conveniências de mercado.

A rapidez e a agressividade da globalização impôs aos países periféricos o afastamento de suas referências culturais, desrespeitando a singularidade da expressão de cada povo e levando à diluição de suas culturas genuínas. Povos, países, cidadãos têm direito à liberdade de expressão.

O surgimento da sociedade de comunicação generalizada, a mundialização da economia, as transformações políticas e a tensão atual que presenciamos com grande apreensão, tanto no plano nacional como internacionalmente. O emprego maciço das novas tecnologias da informação, que caracterizam a profunda crise por que estão passando as sociedades contemporâneas, são portadores de transformações sem precedentes, que exigem uma revisão radical das políticas clássicas do desenvolvimento da cultura, da educação e da formação.

Nesse grave momento que passamos em nosso país, em que um governo autoritário se sobrepõe à or-

<sup>24</sup> Ator, diretor e produtor; formado pela Escola de Arte Dramática. Entre 2003 e 2013, atuou no Ministério da Cultura como Secretário da Identidade e da Diversidade Cultural, Presidente da FUNARTE e Secretário de Políticas Culturais.

democrática, extinguindo os conselhos de participação da sociedade civil, restabelecendo a prática da censura em todas as áreas da gestão cultural, alterações radicais nas leis de fomento, desmonte do projeto audiovisual brasileiro, a cultura mais uma vez é relegada a um papel subalterno e irrelevante, diante de sua importância estratégica nas transformações sociais, promoção e proteção da nossa rica diversidade cultural. A redução drástica dos recursos destinados à pasta inviabilizaram a continuidade das políticas públicas tão arduamente conquistadas nos últimos anos a partir de uma ampla participação da sociedade na sua elaboração, deixando de cumprir a sua função social e afetando dramaticamente a produção cultural de nosso país.

A sociedade tem como imperativo zelar pelo seu desenvolvimento cultural. O debate da questão tem por si só uma função transformadora. Não há progresso material, não existem conquistas efetivas, não há verdadeira liberdade, sem a evolução do espírito imanente ao conceito de cultura, compreendido como única forma, diante da crise social e política que enfrentamos hoje, de se construir um novo projeto de País e de Nação, que leve em conta o respeito à diversidade e à diferença, deslocando a cultura para o centro do conceito de desenvolvimento sustentável, humano e solidário.

Nos últimos quarenta anos pelo menos, todos os que estiveram realmente empenhados e comprometidos nessa busca, participaram de uma forma ou de outra na luta pela construção de uma sociedade democrática. É bem verdade que essa história não é nova. Os artistas brasileiros sempre estiveram nos palanques e sempre lutaram por idéias libertárias no decurso de nossa história, desde a Inconfidência Mineira, as lutas abolicionistas e a firme resistência dos artistas à ditadura militar.

Historicamente, desempenharam um papel de destaque nessa luta incessante em defesa do Estado de Direito, como Chico Buarque, Cacilda Becker, Paulo Autran, Gianfrancesco Guarnieri, Glauce Rocha, Sônia Braga, Lélia Abramo, Fernanda Montenegro, Raduam Nassar, entre tantos outros, participando dessa heroica resistência com atuação destacada, nos palcos, nas ruas, nas telas e nas praças de nosso país, juntando-se a voz de todos os que lutam por um Brasil melhor e mais justo.

Por outro lado, estamos solidarizados com todos os trabalhadores brasileiros, diante de uma reforma

trabalhista e de uma reforma da previdência, feitas à revelia dos que participam da geração das nossas riquezas, com o aviltamento da sua dignidade profissional. Torna-se fundamental, portanto, manifestarmos publicamente o nosso repúdio a essas medidas arbitrárias, fortalecendo os movimentos sociais, as nossas organizações de classe e estarmos unidos para conseguir avançar com nossas propostas e reverter o quadro adverso que enfrentamos hoje. Daí se poder dizer que a forma superior de se fazer política democrática no Brasil de agora se dá através da cultura, que articula todas as dimensões da vida de todos nós.

Por outro lado, é dever do Estado, garantido na Constituição, tanto no plano federal, como no municipal e no estadual, dispor de recursos financeiros para o fomento e a implementação de políticas públicas capazes de incrementar o acesso à criação, à produção e à fruição dos bens culturais, o direito à informação, convertendo a cultura no veículo mais eficaz de inclusão social, o que lamentavelmente tem sido sistematicamente descumprido pelos governantes atuais.

De 2002 a 2012, tive a honra de integrar o Ministério da Cultura em Brasília, dedicando-me inteiramente ao projeto inovador do governo Lula e da presidenta Dilma Rousseff, ambos voltados inteiramente para a institucionalização do projeto cultural brasileiro.

Meu primeiro grande desafio foi participar da profunda reestruturação do MINC, realizada na gestão do Ministro Gilberto Gil, a partir do “do in antropológico” proposto por ele no seu discurso de posse, na emergência e na urgência de elaboração de políticas públicas, programas e ações, que deveriam massagear os pontos vitais do “corpo cultural” brasileiro, permitindo-nos ampliar e melhorar sua dinâmica.

Fui incumbido por ele da criação da Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural, que havia entrado na pauta prioritária de discussão, mundialmente, no âmbito da UNESCO. Essa secretaria atuaria, desde o seu nascedouro, com vistas à formação de políticas públicas para a cultura dos povos indígenas, LGBTQ e ciganos.

Em seguida, se alargaria para as áreas da infância, juventude e velhice, saúde mental, portadores de necessidades especiais, a saúde do trabalhador, bem como para as questões de gênero, moda e até mesmo de gastronomia. O Ministério da Cultura passou, então, a refletir em sua estrutura toda a diversidade cultural do país, cujas populações tiveram histórica-

mente cassado o seu protagonismo. Formular políticas públicas para a diversidade cultural, com e para as minorias, implicaria, contudo, na capacidade do MinC de reconhecê-las, de identificar suas demandas e ao mesmo tempo propor fórmulas mais simples e menos burocráticas de relacionamento com essa diversidade cultural praticamente invisível no país.

A criação da SID foi determinante para o processo de inclusão desse segmento nas políticas federais, desempenhando um papel de excepcional importância, na luta pela garantia dos direitos fundamentais, em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

A Secretaria de Cidadania, por sua vez, instituindo os Pontos de Culturas por todo o Brasil, também se ornou uma marca indelével de participação e de reconhecimento das iniciativas da sociedade civil, com reconhecimento nacional e internacional, pela originalidade da proposta e dos resultados obtidos.

Não podemos esquecer de mencionar, ainda, a liderança incontestável do Ministro Gilberto Gil, que teve atuação decisiva tanto no convencimento à adesão das partes, como na aprovação da Convenção Sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, sobretudo nas correções sugeridas pelo MinC, para o aperfeiçoamento de sua versão final, alterando inclusive, conceitualmente, seu título original que estava em flagrante dissonância com o conteúdo transformador de sua proposta e de seus objetivos.

Em lugar desse título, que preservaria a discriminação hierárquica de viés classista, defendemos que ele deveria expressar, inequivocamente, seu caráter equitativo e plural, que finalmente prevaleceu: uma síntese dos objetivos e princípios diretores que nortearam a sua constituição, obtendo a aprovação pelo plenário por unanimidade, um êxito significativo para a missão brasileira ali presente.

A adoção da Convenção se deu em 20/10/2005, com veto solitário dos Estados Unidos, acompanhado apenas por Israel e mais quatro abstenções, uma vitória esmagadora, conquistada pelos mais de cento e cinquenta (150) países participantes.

Finalmente, as políticas públicas elaboradas pela SID para abranger a diversidade de toda essas manifestações foram construídas a partir de consultas sistemáticas à população em âmbito nacional, que abriram canais de diálogo, com um número significativo de

grupos sociais, por meio de seminários, fórum, consultas públicas e conferências nacionais e regionais, enfatizando o ineditismo de uma gestão compartilhada, na legitimação dessas políticas, influenciando uma nova ambiência nacional e internacional à diversidade cultural e à valorização do patrimônio imaterial.

Como Secretário de Políticas Culturais, também tive a honra e a responsabilidade de implementar o primeiro Plano Nacional de Cultura, abrangendo o período de 2010 a 2020, constituído de 53 metas que foram elaboradas com a participação dos Colegiados Setoriais e submetidas à aprovação do CNPC, estabelecendo um planejamento da cultura por uma década, que ainda se encontra em vigor.

“Foi o mundo da cultura que primeiro aceitou o desafio de mudar: De criar um outro Brasil. Sem pobreza e sem a arrogância dos ricos, sem miséria definitivamente. É pela brecha da cultura que poderemos dar o salto do reencontro do país com sua cara. Um Brasil totalmente simples, mas radicalmente humano. O que importa é alimentar gente, educar gente, empregar gente. E descobrir e reinventar gente é a grande obra da cultura”. (Herbert de Souza)

É fundamental transformá-la em direito à cidadania cultural. E que fique bem claro a todos e a todas que não transigiremos. Estaremos firmes na defesa incondicional dos nossos direitos e da liberdade de expressão. Ouviram do Ipiranga às margens plácidas, de um povo heroico, o brado retumbante. Liberdade, liberdade, abre as asas sobre nós!

**O comum e a coprodução cidadã**  
**Rodrigo Savazoni<sup>25</sup>**

**“Eu ia agora citar um filósofo,  
mas citar filósofos, Ute,  
é como usar o controle remoto”**  
(Roberto Romano Taddei)

Outro dia recebemos em nosso laboratório, em Santos, o educador boliviano Mário Rodriguez, que há mais de 25 anos integra a direção de um centro cultural autônomo, o Wayna Tambo, na cidade de El Alto, uma das mais populosas da Bolívia. Na nossa conversa, entre tantos ensinamentos, Mário explicou-me o porquê de sua organização apostar nas histórias, memórias e narrativas e não apenas na pesquisa pura e dura e na elaboração de conceitos. Porque são justamente essas formas de contar e ouvir que, com o passar dos anos, se mantêm vivas em nós e alimentam nossa esperança. Tenho me equilibrado numa pinguela entre os mundos das narrativas e dos conceitos, da criação literária e da pesquisa acadêmica, sem saber muito bem qual escolher na maior parte das vezes. Mas neste artigo, por razões absolutamente afetivas, vou tentar seguir aquele ensinamento do Mário, dando contorno e forma ao que o psicoterapeuta estadunidense James Hillman chama de linguagem do coração.

A lembrança das políticas culturais edificadas em um Brasil tão diferente do que temos hoje me transportou para um tempo em que éramos jovens e sabíamos que tínhamos um Ministério da Cultura conectado a seu tempo, sob liderança de Gilberto Gil e Juca Ferreira; Eliane Costa nas políticas de patrocínio estatal a partir de seu posto na Petrobrás; Célio Turino e o Programa Cultura Viva, dos Pontos de Cultura; Cláudio Prado, José Murilo Jr. e tantas e tantos mais na área da cultura digital, uma teia de gente conectada. Foi um privilégio! E chega a ser inacreditável pensar que dez anos se passaram desde que o Plano Nacional de Cultura foi aprovado. Sobretudo, é muito estranho dar-se conta de que o discurso de Gil na Cidade do Conhecimento da Universidade de São Paulo ocorreu quinze anos atrás.

Sugiro a leitura ou releitura daquele texto, que está disponível online ou no livro *Cultura pela Palavra*. Fiz isso para elaborar este artigo e reafirmo a sensação que tive naquela ocasião: Gil lançou bases do que segue sendo uma espécie de programa político da cultura, ou talvez um programa cultural para a política. Premido pela violência de uma imprensa que distorcia e atacava o projeto de criação de uma agência nacional do audiovisual que regulasse a televisão em nossa sociedade, Gil vociferou e se assumiu hacker perante o mundo. Para nós, jovens ativistas do software e da cultura digital livre (eu tinha apenas 24 anos mas já era editor executivo da agência de notícias do governo), aquela ousadia era também uma senha para que soltássemos nossa imaginação e fôssemos em busca de construir uma outra sociedade, na qual a tecnologia fosse usada para incluir e construir pontes sobre o abismo da desigualdade.

Naquele discurso, Gil também defendeu uma revolução cultural inversa a da propaganda pela esquerda autoritária. Uma revolução para despertar “no lavrador o seu potencial criativo e imaginativo, ainda que para lavrar a terra, ou para falar dela, e de si, para os que se dispuserem a ouvir”. Uma revolução baseada em uma ideia de desenvolvimento culturalmente situado, “compartilhado por Norte e Sul, por incluídos e excluídos, por centros e periferias. Até para que essas palavras percam um dia o seu sentido sociológico atual. Compartilhado também, enquanto responsabilidade, por governos e sociedades, instituições e indivíduos”.

Gil, mais que ninguém, sabia, como deveríamos saber agora, que é na cultura que se trava a grande disputa social de nosso tempo – não à toa foi essa a rinha escolhida pelos acéfalos militantes da ultra direita.

**“É no universo da cultura, afinal, que vamos encontrar os elementos estratégicos para entender o movimento das sociedades, para requalificar as relações entre as pessoas, para o crescimento e o lugar, no tempo e no espaço, de cada um de nós, e também para projetar novas utopias. Falo aqui da cultura não apenas como o conjunto das expressões artísticas, mas como todo o patrimônio material e simbólico das sociedades, grupos sociais e indivíduos, e suas múltiplas expressões; da cultura como simbologia, como cidadania e como economia.”**

<sup>25</sup> Escritor; realizador multimídia, produtor cultural e pesquisador; é um dos diretores do Instituto Procomum. Mestre e doutorando pela UFABC. É autor de inúmeros livros, o último deles é “O Comum entre Nós: da cultura digital à democracia do século 21” (Edições Sesc).

Olhemos para frente, sabendo que a saída – se é que há uma – talvez esteja sob o aviso de emergência que se encontra atrás de nós. Simas e Rufino nos ensinam com sua epistemologia das macumbas que o contrário da vida não é a morte, mas o desencanto. A política cultural de outrora era uma política que buscava o encanto, que propunha olhar para o país com a lente da diversidade de corpos que nos habitam, valorizando a interação entre as diferenças. Mautner, no disco com Caetano, cantou: ou o mundo se brasilifica, no sentido de aceitar-se habitado pela multiplicidade, ou vira fascista. A política poética de Gil e sua turma era pró-alegria e tentou arar o terreno de uma utopia que não fizesse vista grossa para a violência colonial e patriarcal – desgraça de nossa nação – mas se edificasse na alteridade.

O que aprendemos com Gil é que a política cultural no século 21 está conectada com a própria centralidade da cultura na política. E sendo assim, vou me atrever a fazer duas macro proposições de forma extremamente apressada e superficial, talvez por isso cometerei uma ousadia.

A primeira grande questão é: as duas grandes narrativas do século 20 não nos servem mais. A narrativa do neoliberalismo e também a da social democracia. A do neoliberalismo sempre soubemos ser uma falácia, embora siga ganhando espaço, conquistando adeptos, em sua forma zumbi que produz destruição onde quer que seja aplicada. Está claro que o mercado não é capaz de responder aos graves problemas que a humanidade sofre. A social democracia, por sua vez, estruturada na ideia de um estado de bem-estar mediador dos conflitos econômicos, conciliador e redistribuidor da riqueza, tendo como horizonte o crescimento econômico advindo do extrativismo ou do colonialismo também não é uma alternativa. Nunca foi, mas galvanizou boa parte do imaginário da esquerda.

Nesse cenário, a ideia de comum emerge como uma narrativa potente para repensarmos a política do nosso tempo. Em poucas palavras, o comum é a gestão de um recurso por uma comunidade que se auto-governa. É também aquilo que produzimos entre nós, umas com os outras, nos processos de habitar a política. Acima de tudo, o comum não é um regime de direitos, em que cidadãos transferem ao Estado a responsabilidade pela garantia daquilo que é essencial para vivermos de forma plena, mas uma dinâmica de deveres, baseada nos vínculos, nas relações, na construção de confiança e reciprocidade

entre as coletividades que sejam capazes de governar seu destino.

Cito aqui uma enumeração feita por David Bollier em um artigo chamado “O comum em poucas palavras”, que serve de epílogo de seu livro “Pensar desde los Comunes”.

“O comum é:

- **Um sistema social para a gestão sustentável dos recursos, que protege os valores compartilhados por uma comunidade e sua identidade;**
- **Um sistema de auto-organização por meio do qual as comunidades gerenciam recursos (tanto renováveis como não renováveis) com escassa ou nula dependência do Estado e do mercado;**
- **A riqueza que herdamos ou criamos juntos e que deve chegar intacta ou ampliada para nossas filhas e filhos. Essa riqueza coletiva inclui os dons da natureza, a infraestrutura urbana, as obras culturais, as tradições e o saber;**
- **Um setor da economia (e da vida!) que gera valor de maneiras que costumamos dar por certo, mas que tanto o mercado como o Estado muitas vezes põem em perigo.”**

A segunda questão, decorrente da primeira, é: se pensarmos as políticas do século 21 a partir do comum, a própria ideia de participação precisa ser revista. Muitos dos ativistas e formuladores do campo do comum passaram a trabalhar com a ideia de co-produção cidadã, em substituição à de participação. Ou seja, com a defesa de que é preciso repensar por completo a relação estado-sociedade, saindo de um modelo passivo para um ativo, um modelo em que o cidadão não é convocado a falar sobre, mas a fazer, moldar coletivamente a política. Um modelo em que co-habitamos também e sobretudo a tomada de decisões, mais próximo das praças sublevadas das primaveras do que dos conselhos em que se fazem representar os diferentes grupos de interesse. Nesse formato, a política também precisa ter sua escala repensada, em busca da descentralização, de unidades menores, mais próxima da vida vivível de cada uma e de cada um de nós.

Como escrevem o sociólogo e ensaísta catalão, César Rendueles, e o economista Joan Subirats, também da Catalunha, no livro *Los (bienes) comunes – oportunidad o espejismo*: “o conceito de coprodução nesse sentido pretende saltar por cima do conceito de participação, e propõe isso em relação a problemas concretos, não genéricos, a fim de estabelecer diagnósticos compartilhados que gerem obrigações conjuntas de cada qual”.

Uma outra narrativa: o comum. Um outro método: a coprodução cidadã.

Como escrevi no livro *O Comum entre Nós*, aquela cultura digital defendida por Gilberto Gil no discurso da USP foi meu primeiro contato com a ideia de comum, a partir da defesa do software livre e do conhecimento compartilhado. Em alguma medida, as políticas da era Lula – ainda que jamais efetivamente assimiladas e defendidas pelo comando central do governo – já apontavam para um plano imaginativo e ousado, como adjetivou Manevy, que percebia a cultura como elemento central de um projeto de desenvolvimento pós-extrativista. O *do-in antropológico* materializado nos Pontos de Cultura, com o estado brasileiro reconhecendo as plurais formas de expressão cultural no interior das comunidades, pode ser lido como embrião de uma política do comum. Foi, também, o exemplo feliz da incidência de um órgão de governo aliado da autonomia, o qual buscava fortalecer o tecido já existente ocasionando maior maior ganho de expressão local e global aos sujeitos da ação coletiva – uma vez que estimulava a interconexão em rede das distintas experiências político-culturais.

O futuro, portanto, já estava vivo em nossa própria experiência, e podemos nos reconectar a ele por meio das narrativas, memórias, vivências que acumulamos e que poderão funcionar como bússola de um novo ciclo de reconstrução do país.

## TEMPOS DIFÍCEIS PARA A CULTURA E A PARTICIPAÇÃO

Wagner Romão<sup>26</sup>

A participação social no campo das políticas públicas, prevista pela Constituição de 1988, está em aberta crise. O atual governo federal, com o Decreto n. 9759, de 11 de abril, extinguiu centenas de instâncias de participação da sociedade civil.

É verdade que já havia, mesmo nos governos petistas, certa insatisfação por parte da sociedade civil e de movimentos sociais sobre a efetividade da participação institucional. Reconhece-se que, a partir de 2003, houve uma intensificação desta forma de participação social, ligada a instâncias de debate político em que se encontram representantes dos governos e da sociedade. Houve a criação de dezenas de conselhos nacionais de políticas públicas, mais de uma centena de conferências nacionais de políticas públicas, incontáveis mesas e fóruns de debate, audiências públicas etc. Também se ampliaram iniciativas de indução da criação destes mecanismos de participação como, no caso da cultura, a ideia de que a formalização do Sistema Nacional de Cultura passaria pela criação de conselhos de cultura (ou de políticas culturais) nos estados e municípios.

No entanto, questionamentos sobre a efetividade e sobre qual seria o impacto das discussões e decisões sobre as políticas públicas permaneciam muito presentes. Boa parte da literatura acadêmica neste campo de estudos se concentrou sobre este tema na década passada.

Bolsonaro chega ao poder, com uma perspectiva contrária à atuação das organizações da sociedade civil no país e com a promessa de que iria terminar com o “ativismo” no país. O decreto mencionado refaz os ataques à participação social que já tinham sido realizados quando da polêmica acerca do decreto presidencial de Dilma Rousseff sobre a Política Nacional de Participação Social, ainda em 2014, quando se tentou organizar as diversas iniciativas em participação presentes no âmbito do Executivo Federal.

O decreto nº 9759/2019 tem como pano de fundo toda uma desconstrução da participação social como

elemento inerente à produção de políticas públicas no país. Por um lado, como se isso fosse uma ingerência de grupos da sociedade civil sobre a legitimidade advinda do voto em eleições gerais para o Executivo e o Legislativo. Por outro lado, a crítica aos conselhos se faz na dimensão gerencialista neoliberal, de contenção de recursos com as viagens que trazem representantes a Brasília para a participação nas reuniões. Este é o discurso que está presente na defesa do decreto e de seus efeitos.

O decreto, portanto, extinguiu boa parte destas instâncias.

Em paralelo, outros conselhos não extintos ou trazidos novamente à existência por proposição das secretarias ou ministérios responsáveis tem tido as representações da sociedade civil severamente diminuídas e controladas. Este é o caso do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e também do Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC).

O CNPC, que havia sido extinto com o decreto, foi reativado em 28 de junho. Permanece, no entanto, grande indefinição sobre suas atribuições no atual governo.

De fato, as perspectivas para a participação social na cultura são muito preocupantes. E isso vai muito além da própria participação em conselhos ou conferências e diz respeito à própria sobrevivência da política pública enquanto tal. A experiência no governo federal e também no âmbito dos estados e dos municípios tem mostrado que quando não há política pública em determinado setor, a participação perde sua razão de ser.

<sup>26</sup> Doutor em Sociologia pela USP e professor do Departamento de Ciência Política da Unicamp. Coordena o Núcleo de Pesquisa em Participação, Movimentos Sociais e Ação Coletiva. Atualmente é também presidente da Associação de Docentes da Unicamp.



## **SESC - SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO**

Administração Regional no Estado de São Paulo

### **PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL**

Abram Szajman

### **DIRETOR DO DEPARTAMENTO REGIONAL**

Danilo Santos de Miranda

### **SUPERINTENDÊNCIAS**

**Técnico-Social** Joel Naimayer Padula **Comunicação** Ivan

Paulo Giannini **Administração** Luiz Deoclécio Massaro

Galina **Assessoria Técnica e de Planejamento**

Sérgio Luiz Battistelli

### **GERÊNCIAS**

**Artes Gráficas** Hécio Magalhães **Centro de Pesquisa e**

**Formação** Andréa Nogueira

**Equipe Sesc** Karina Musumeci, Mauricio Trindade da Silva,

Rafael Peixoto e Rosana Catelli

**Organização e conteúdo** Gustavo Carneiro Vidigal

Cavalcanti e Mauricio Trindade da Silva

**Projeto Gráfico** Walter Cruz **Diagramação** Leila

Schöntag **Foto de capa** Lia de Paula

## **Centro de Pesquisa e Formação Sesc SP**

Rua Dr. Plínio Barreto, 285, 4º andar

Bela Vista - São Paulo - SP

Tel.: (11) 3254-5600 – CEP: 01313-020

📍 Trianon – Masp 700m 📍 Anhangabaú 2000m

[centrodepesquisaeformacao@sescsp.org.br](mailto:centrodepesquisaeformacao@sescsp.org.br)

[f](#) [🐦](#) [@](#) /cpfsesc

[sescsp.org.br/cpf](http://sescsp.org.br/cpf)

ISBN: 978-65-87592-01-5

